



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UACS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RAFAELA ARAÚJO DE MELO

**SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA:
Entre histórias e tramas políticas
(1960-1966)**

Cajazeiras-PB

2015

RAFAELA ARAÚJO DE MELO

SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA-PB:

Entre histórias e tramas políticas

(1960-1966)

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lôbo

Cajazeiras-PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

M528s Melo, Rafaela Araújo de
São José da Lagoa Tapada: entre histórias e tramas políticas (1960-1966). / Rafaela Araújo de Melo, 2015.
66f. : il.
Bibliografia.

Orientador(a): Isamarc Gonçalves Lôbo.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História – São José da Lagoa Tapada - PB. 2. Emancipação – São José da Lagoa Tapada - PB. 3. Cidade. 4. Política. 5. Poder. I. Lôbo, Isamarc Gonçalves. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –94(813.3)

RAFAELA ARAÚJO DE MELO

SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA-PB:

Entre histórias e tramas políticas

(1960-1966)

Aprovado em: 06 / 03 / 2015

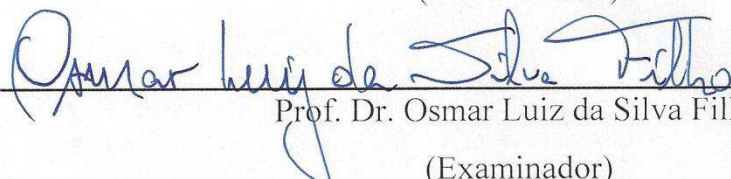
Orientador: 

Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo



Prof. Dr. Viviane Gomes Ceballos

(Examinadora)



Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

(Examinador)

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

(Suplente)

Cajazeiras-PB

2015

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma nova versão sobre a história da povoação do município de São José da Lagoa Tapada-PB por parte das frentes colonizadoras no sertão e a origem do nome da cidade, resultado obtido através de uma revisão bibliográfica mais cuidadosa. Tratamos sobre os primeiros moradores destacando a importância destes para a emancipação desse município nos anos vindouros. Este trabalho analisa as tramas políticas na cidade a partir dos Livros de Ata da Câmara Municipal. Colocando em tema as práticas que se escondem por trás da escrita e composição das atas e através de acordos ocultados nos projetos. Avaliamos também por meio das fontes as atuações políticas através da elaboração dos projetos de leis. E assim entendemos a participação do legislativo e executivo ora em benefício para o desenvolvimento da cidade, ora em benefícios particulares.

Palavras-chave: cidade, política e poder.

ABSTRACT

This paper presents a new version of the history of the village of São José da Lagoa Tapada -PB by the colonizing fronts in the hinterland and the origin of the city name , the result obtained through a careful literature review . We deal on the first residents highlighting their importance for the emancipation of the municipality in the years ahead . This paper analyzes the political plots in the city from the Minutes of the books of the City Council . Putting in issue the practices that hide behind the writing and composition of the proceedings through hidden agreements on projects. Also evaluated by means of the sources the political performances through the preparation of draft laws . And so we understand the participation of the legislative and executive now in benefit to the development of the city , now in private benefits.

Keywords: city, politics and power.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar coragem de erguer a cabeça a cada dia desânimo e a Virgem Santíssima por sua intercessão.

Agradeço com coração cheio de amor e gratidão aos meus pais Raimundo Araújo e Maria Alda e aos meus irmãos Rogério e Rosângela que muito contribuíram para minha formação, sempre incentivando e fortalecendo a nunca desistir dos meus sonhos. E como grande esforço orgulhando-vos pelas vitórias conquistadas.

Aos meus professores que me acompanharam na minha vida escolar e acadêmica, com suas trajetórias de vida pessoal e profissional me ensinaram lições essenciais, na qual transmitiram ensinamentos que carregarei pelo o resto da minha vida.

Aos amigos que conheci na UFCG Janaina, Fernando, Ciélio, Kely , Baíza e Júnior que durante a graduação aprendemos juntos a ajudar uns ao outros, vivemos momentos inesquecíveis de descontração e carinho, agradeço por vocês fazerem parte dessa alegria em minha vida. As minhas amigas de sempre Adriana, Marília, Nádia e Zezé que souberam participar dessa fase de esforço com um incentivo de encorajamento, contribuindo de forma significativa e vou agradecer sempre a cada um.

Ao meu valioso orientador Ms. Isamarc Lôbo, pelo incentivo, pela carga de conhecimento transmitido e principalmente pela paciência de me ajudar nesse difícil trabalho, sempre procurando contribuir para a escrita de um bom trabalho, bem como lições e bons conselhos que servirão para minha vida privada e profissional, meu muito obrigado.

De todo coração muito obrigado a todos, cada um de vocês contribui de alguma maneira para minha formação, minha gratidão.

*São Jose é minha terra Pequenina e boa
Que não tem igual É o coração do Sertão
Que produz o milho e o algodão
Seu solo é fertilizado Pelo Riacho Trapiá
Onde as morenas e as mulatas
Se banham e rodopiam No São João de lá
A população é pequenina
Mas a sua Bandeira É a Bandeira da paz
Oh! Terra abençoada Eu te amo muito São José*

Trecho do Hino do município (Telma Rolim Cartaxo)

Lista de Tabelas

Tabela 1	Todas as Sessões entre 1960-1966	26
Tabela 2	Divisão partidária do legislativo de 1960-1964	42
Tabela 3	Divisão partidária do legislativo de 1964-1966	43

Lista de Imagens

Mapa 1	Indígenas da Paraíba: Distribuição aproximada das tribos século XVII e XVIII	16
Imagem 1	Ata 10ª sessão ordinária dia 24-11-1964	29
Imagem 2	Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011	29
Imagem 3	Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011	30
Imagem 4	Ata Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011	30
Imagem 5	Ata Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011	30
Imagem 6	Ata de Instalação e posse dia 21-10-1964	31
Imagem 7	Ata da 13ª Sessão Ordinária 30/06/1961	32
Imagem 8	Ata da 12ª Sessão Ordinária 26/06/1965	33
Imagem 9	Ata da 13ª Sessão Ordinária 26/06/1965	33
Imagem 10	Ata da 14ª Sessão Ordinária 26/06/1965	33
Imagem 11	Ata da 13ª Sessão Ordinária 30/06/1961	34
Imagem 12	Ata da 2ª Sessão Ordinária 07/07/1966	35
Imagem 13	Ata da Sessão Solene de posse 20/10/1960	39
Imagem 14	Ata da 2ª sessão ordinária 12/12/1960	40
Imagem 15	Ata da 2ª sessão ordinária 12/12/1960	41
Imagem 16	Ata da 3ª Sessão Ordinária 26/06/1966	44
Imagem 17	Ata da 8ª Sessão Ordinária 21/12/1960	48
Imagem 18	Ata da 8ª Sessão Ordinária 26/06/1961	49
Imagem 19	Ata da 8ª sessão Ordinária 19/12/1961	51
Imagem 20	Ata da 11ª Sessão Ordinária 22/12/1961	52
Imagem 21	Ata 5ª sessão ordinária 17/06/1965	53
Imagem 22	Ata 1ª sessão extraordinária 10/10/1961	55
Imagem 23	Ata 9ª sessão ordinária 20/12/1961	56
Imagem 24	Ata 4ª sessão ordinária 13/12/1962.	
Imagem 25	Ata 4ª sessão ordinária 13/12/1962.	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 A cidade de São José da Lagoa Tapada	15
1.1. A ocupação territorial do sertão da Paraíba.....	15
1.2 A formação da Vila São José da Lagoa Tapada.....	20
Capítulo 2 Tramas políticas de atuação do município	24
2.1 As Atas e suas emblemáticas sessões.....	24
2.2 As várias formas de atuação do poder público	35
CAPÍTULO 3 OS PROJETOS DE LEI E A CIDADE	45
3.1 E o que dizer sobre a educação?	45
3.2 A Cidade e a infraestrutura	49
3.3 Saúde: Posto de higiene e telefone público	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresentará a história do município de São José da Lagoa Tapada-PB, através de uma nova história, bem como analisará as tramas políticas que envolvem o recém-emancipado município.

A cidade de São José da Lagoa Tapada localizada no alto sertão da Paraíba traz curiosidades no seu nome. Na qual faz referência ao Santo Padroeiro dos agricultores São José, muito comum em nomear cidades em todo país, mas o interessante é que segundo histórias que popularmente circulam, a origem do nome foi para fazer alusão a uma Lagoa Tapada. Mas essa história está muito ultrapassada, pois não existem documentos que comprovam esse fato e tão pouco uma memória coletiva sobre essa versão.

Segundo os relatos dos idosos que conversei, dizem que nunca viram essa lagoa e isto é história de ‘Trancoso’¹. Até porque desde a sua fundação em 1905 a vila já atendia pelo nome de São José da Lagoa Tapada, vila pertencente ao município de Sousa², e em 1936 a vila de São José de Lagoa Tapada passou a se chamar Oiticica³, já em 1946 ganhou a nova denominação Oiticica Tuba⁴ até a emancipação política. E só com a emancipação política em 28 de julho de 1959 pela lei Estadual 2149 que retoma o nome da fundação. Neste trabalho apresentamos uma versão sobre o nome através de uma revisão bibliográfica mais ordenada.

Além do curioso nome, a cidade carrega traços muito fortes de uma política manipuladora e dominante sobre a cidade. As tramas políticas influenciaram de certa forma acontecimentos que ora beneficiava a cidade e ora prejudicava o desenvolvimento da mesma. Então por trás das ações políticas existem tramas a serem desvendadas.

As tramas políticas aqui trabalhadas são de 1960 um ano depois da emancipação, já que quando a emancipação ocorreu em 1959 foi nomeado pelo Governador da Paraíba o Senhor Antônio Alves de Araújo como Prefeito temporário,

¹ Expressão utilizada por eles mesmo, ou seja, de mentiroso.

² Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Sousa o distrito de São José da Lagoa Tapada. Site:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

³ Pelo decreto-lei estadual nº 1164, de 15-11-1938. Site:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁴ Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-11-1943. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

enquanto não houvesse eleição e não há registro sobre essa ocasião. Então não existe até onde pesquisamos documentos que nos possibilite estudos desde 1959 data da emancipação política, só a partir do primeiro ano a emancipação que se instalou a Câmara de Vereadores, na qual contém documentos sobre esse período. O trabalho estende-se até 1966, pois nos anos vindouros não contém registro de atas na Câmara de Vereadores, aparece apenas a partir de 1970, período que o Brasil estava passando por momentos conturbados na política, na economia e na sua estrutura no geral, momento vivido pela Ditadura Militar de 1964 à 1985. Deste modo, o estudo se mostra pertinente apresentando a participação dos políticos para se mostrarem ativos nesse quadro de movimentação política no Brasil.

O estudo se mostra instigante em tentar entender como se fazia política e a utilização do poder (práticas, ações e efetivações) nesse período de 1960 a 1966, levando em consideração compreender quais as contribuições destes fatores para a formação de identidade do município e seus munícipes. Elucidando uso do poder político para a formação da cidade, visto que para esses indivíduos nos seus discursos, acreditava que dependia exclusivamente de suas participações partidárias para o desenvolvimento de São José da Lagoa Tapada, utilizando do espaço público para obter um prestígio social.

O estudo faz presente também na relação de poder de uma classe dominante sobre a população, estes na sua maioria faziam parte de uma elite agrária, também de uma oligarquia e de uma parentela, na qual sempre cercou a política do país. Na cidade de São José da Lagoa Tapada não foi diferente essa estreita relação da elite dominante a uma oligarquia.

A imagem e os traços da cidade que faz com que as práticas políticas aconteçam, como diz Ronald Raminelli (1997, p.272) em “História urbana” no livro **Domínios da História** “o ‘ser político’ nasce na cidade e o espaço urbano é imprescindível para o seu desenvolvimento”. Sendo assim, a necessidade do político de se fazer presente de algumas formas no espaço urbano, passa como obrigatório. Não descartando a influência no espaço rural, como é uma cidade interiorana a zona rural está presente em números de habitantes quase igual ao urbano, mas quando tratam do rural são mais maleáveis.

Conforme a cidade vai crescendo vai surgindo a necessidade de atender a padrões externos, como a efetivação de instituições públicas e privadas, para que a cidade se torne cada vez mais independente uma das outras, para Maria Stella M. Brescianni em “História e Historiografia das cidades, um percurso” no livro **Historiografia Brasileira em Perspectiva**.

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçada de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. (2007, p. 237).

Essa relação de poder, de pertencimento do espaço urbano e a preocupação com políticas públicas, foram observadas nos discursos existentes numa série de documentos⁵ da Câmara de Vereadores, como o livro de Atas e dos registros das sessões e dos Projetos de lei elaborados. Fazendo a análise desses discursos muitas vezes patriotas e autoritários, vinculados ao espaço da realidade social local e nacional. O questionamento nessa análise vincula-se a construção de identidades na prática política e na relação de poder.

No primeiro capítulo trataremos da formação da cidade desde a ocupação territorial do sertão colonial, passando pela divisão geográfica do Alto Sertão de Piranhas e a localização territorial do município depois das divisões com base em estudos mais tradicional sobre o tema. Então, abordaremos a fundação do município de São José da Lagoa Tapada trazendo uma nova versão sobre a fundação do município até a emancipação da cidade.

O livro **Capítulos de geografia agrária da Paraíba (1996)** de Emília Moreira e Ivan Targino nos ajuda na discussão desse capítulo. Assim como uma análise geral sobre os estudos mais citados sobre o processo de ocupação territorial do interior paraibano, como José Octávio de Arruda Mello (1995), Horácio de Almeida (1978) e Wilson Seixas (2004).

No segundo capítulo trataremos das tramas políticas, utilizando como fonte as atas da Câmara Municipal de Vereadores, construindo tabelas para demonstrar as tramas

⁵ Estes documentos estão disponíveis em tamanho grande para consulta nos anexos.

envolvidas, assim como o uso de imagens como forma de exemplo. Analisaremos como se davam essas relações entre os políticos da cidade, ou seja, situação e oposição para melhorias na cidade.

As relações internas que aqui serão tratadas estarão fazendo referência aos interesses dos políticos em fazerem alianças partidárias internas, que envolva outros municípios para que essas relações influenciem para o bem de todos. Avaliaremos nas atas os discursos dos políticos para o melhor entender as tramas existentes no processo de emancipação e nos anos vindouros da recém-emancipada cidade até 1966, assim como as tramas que cercam a escrita das atas.

Utilizando autores para tratar de poder como forma de poder não limitado ao Estado ou Político e sim como algo inerente a todos, dentro de uma pluralidade e na forma de micro poder. Entre os autores destacamos Francisco Falcon (1997), Ciro Flamarion (1997) e Michel de Foucault (1997).

No terceiro e último capítulo abordaremos as tramas envolvendo as políticas públicas, em relação a sociedades, o interesse de beneficiar o município em termos social e cultural. Entender o interesse dos vereadores para o desenvolvimento da cidade através de projetos voltados para educação, infraestrutura e saúde analisando nos registros das atas. Compreender se os políticos nos seus discursos se mostram preocupados com o público e sua participação para melhorar a realidade. Apresentando a valor desses projetos em benefício da sociedade, mostrando quais contribuições trouxeram para a cidade.

Enfim, o estudo sobre a história da fundação da cidade de São José da Lagoa Tapada, bem como apresentar tramas envolventes em questões política que cerca essa sociedade, que se vincula com a própria identidade do município e munícipes e esse trabalho se dispõem a mostrar as tramas ocultadas.

Capítulo 1

A cidade de São José da Lagoa Tapada

Este primeiro capítulo trata da ocupação territorial da Paraíba, enfatizando a luta e resistência por parte dos nativos e brancos europeus, assim como os vários meios utilizados pelos europeus para invadirem estas terras. Trataremos também sobre os estudos mais pertinentes que discutem sobre as frentes colonizadoras do sertão.

Diante destes estudos analisaremos como se deu a formação do Arraial do Piancó, assim como também da formação Vila Oiticicatuba, os primeiros proprietários dessas terras até a emancipação política da cidade de São José da Lagoa Tapada.

1.1. A ocupação territorial do sertão da Paraíba

O processo de ocupação territorial da Paraíba foi iniciado pela área litorânea com a exploração de pau-brasil e depois os colonizadores adentraram o sertão. Estas expedições foram caracterizadas por lutas com os povos nativos que habitavam essas terras, muitas das vezes conflitos violentos e sangrentos, assim como também invasões, como ocorreram em meados do século XVII no início da colonização, quando os holandeses invadiram a Paraíba.

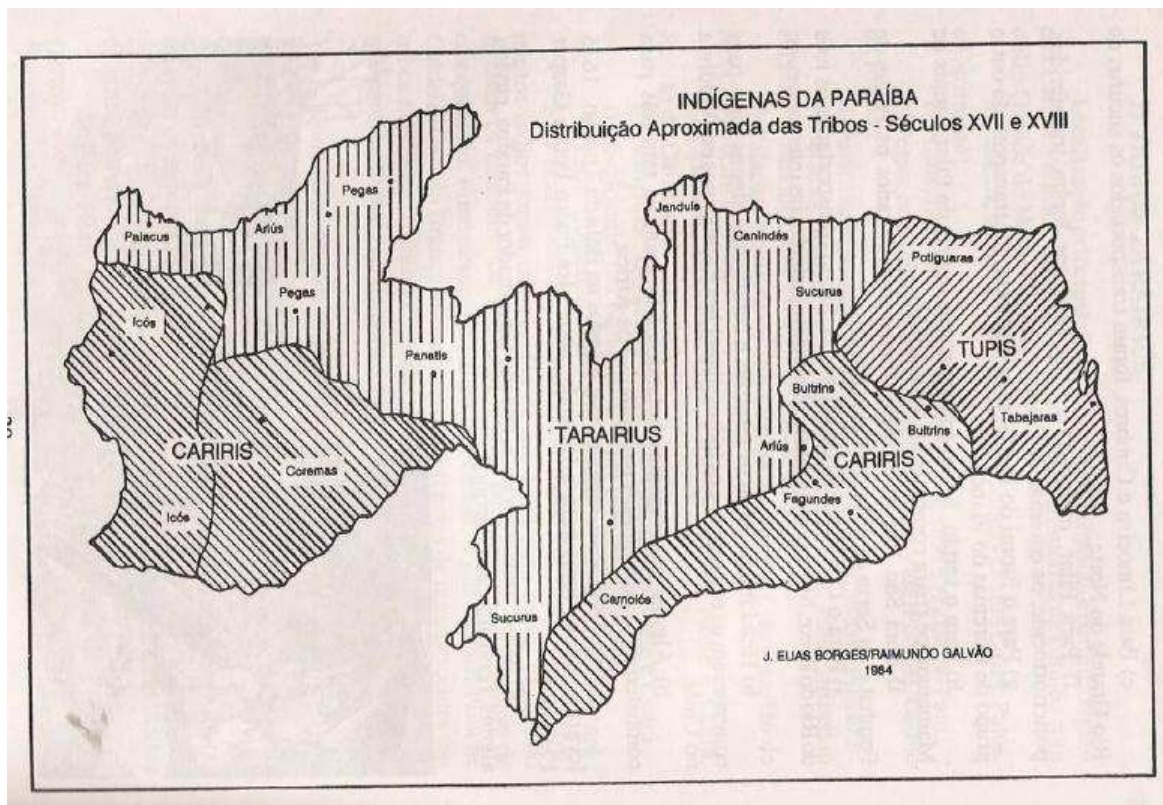
Os trabalhos de José Octávio de Arruda Mello (1995) e Horácio de Almeida (1978), para citarmos apenas dois autores da Paraíba, mostram conflitos e invasões durante o processo de ocupação e colonização da Paraíba. Segundo esses autores esta situação “beligerante” refletiu de forma negativa na estrutura econômica e social da Capitania, tornando mais difícil a vida de quem povoava esse território. Almeida (1978, p. 19) comenta que:

[...] rendição dos holandeses ocorreu em 1654. Os primeiros anos, a partir daí, foram consumidos na restauração dos engenhos e currais de gado, a passo lento dado a escassez de recursos materiais e humanos. Até então a Paraíba era cultivada tão somente na faixa estreita do litoral. As terras que se prolongava para o interior continuavam desconhecidas.

O interior da Paraíba na qual é formado pelo alto sertão não havia sido penetrado pelos colonizadores, até metade do século XVII. A partir desse período de invasão e depois de expulsão dos holandeses ocorreram fatos diferenciados no processo de ocupação do Estado. Segundo Almeida (1978, p. 19) “Ao contrário do que se deu no Litoral, a penetração para o interior da Paraíba correu pacífica, sem luta com os naturais da terra. A luta veio depois pelos brancos, que não modificaram jamais os métodos de colonização”. O autor afirma que foram os colonizadores quem dificultaram a ocupação das terras, pois essa região era habitada pelos índios cariris, denominação nativa que ocupava quase todo interior do nordeste. Inicialmente esses nativos não se opuseram a presença do homem branco, só quando seus modos de vida foram modificados, é que passaram a se opor militarmente a presença europeia.

Segundo o geógrafo Paulo Henrique de Queiroz (2007) os índios participaram desse processo de colonização como agentes históricos, pois mesmo na luta de resistência apresentam posicionamentos dos mais diversos em relação à colonização europeia. Para o supracitado autor os índios não foram apenas vítimas nesse processo de formação, como colocam alguns estudiosos, mas agentes produtores da história da ocupação territorial da Paraíba.

Para Queiroz (2007, p. 63) os nativos estavam subdivididos de acordo com suas características linguísticas e sua localização geográfica, formando assim uma classificação bastante diversificada. O autor afirma assim que “No que diz respeito aos estudiosos do período colonial na Paraíba, predominou a ‘percepção bipolar’ dos grupos indígenas brasileiros que remete ainda aos relatos dos colonizadores”, ou seja, para cada região nas terras ocupadas pelos brancos europeus existiu um grupo de nativos com aspectos particulares de acordo com suas características formando assim uma diversidade cultural, mas que no geral existem características semelhantes entre eles. Como mostra o mapa abaixo:



Mapa1. BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). Paraíba: conquista, patrimônio e povo. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38.

O historiador Wilson Nóbrega Seixas no famoso livro **O velho Arraial de Piranhas** trata das primeiras entradas dos colonizadores no interior da Paraíba “A princípio, as entradas do sertão quase se limitavam ao tráfego dos rios a remo. Quando feitas por terra, o que naturalmente se tornava penoso tinha quase sempre, como causas principais a caça de índios e exploração de minérios.” (2004, p. 130).

Acostando-nos em Horário de Almeida e em José Octávio de Arruda quando estes dizem que a ocupação do sertão da Paraíba foi ignorada pelas lideranças locais até o ano de 1682, quando o entradista Antônio de Oliveira Ledo iniciou sua saga de penetração destes territórios inexplorados pelos pés brancos.

Em 1682, o capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, mandou fazer uma estrada pelos sertões, da qual participaria Antônio de Oliveira Ledo, que se fez acompanhar de um filho e mais gente de sua casa, além de haver fornecido, de sua fazenda, algumas rezes para sustento da infantaria, sem nada cobrar por isso. Essa expedição andou 150 léguas, vasculhando o interior da Capitania. (Almeida, 1978, p, 28).

Este foi o pioneiro da família Oliveira Ledo ao adentrar estas terras. Estas terras deveriam abrigar a criação de gado e o cultivo de subsistência.

Em estudo sobre a família Oliveira Ledo, Renata Assunção da Costa (2012, p. 2) apresenta a trajetória de conquistas e poder desta família sobre a Capitania da Paraíba e do Rio Grande, “As dimensões das terras requeridas pela família compreendiam não somente todo o sertão do Piancó, mas estendiam-se pelas capitanias vizinhas, sobretudo a Capitania do Rio Grande, o que denota uma diferenciação na percepção de espacialidade pela família [...]”. Nesse trabalho a autora mostra a árvore genealógica desta família, o primeiro a receber terras através do sistema de sesmária foi Antônio Oliveira Ledo. A posse de terras deu a esse explorador o título de Capitão-mor. O segundo membro da família a receber esse título foi seu sobrinho.

Embora tivesse um filho, Antônio de Oliveira Ledo passou o cargo de capitão mor de ordenanças para seu sobrinho Constantino de Oliveira Ledo. É provável que o filho de Antônio, Francisco Pereira de Oliveira, não fosse merecedor do cargo, haja vista a necessidade de ser um “conquistador” para ocupar tal cargo. (COSTA, 2012, p.4)

Ainda segundo a autora Renata Assunção da Costa (2012) depois de Constantino ter recebido esse título, outro membro ocupou esse cargo obtendo evidência “Quando Constantino de Oliveira Ledo (segundo a ocupar o cargo), filho de Custódio, faleceu, no ano de 1694, o cargo foi passado ao seu irmão, Teodósio de Oliveira Ledo.” Portanto Teodósio foi o terceiro da família Oliveira Ledo a receber o título de capitão-mor e assim ocupou as terras recebidas como herança.

Contrariando Renata Assunção da Costa, Horácio de Almeida (1978, p. 57) também apresenta o pioneirismo da Família Oliveira Ledo e afirma que.

A história começa em 1695, com Teodósio de Oliveira Ledo, implantando o arraial. Mas o terreno já estava marcado a ação de três capitães-mores que o antecederam. O primeiro foi seu tio, o segundo seu pai Custódio de Oliveira Ledo, o terceiro seu irmão Constantino.

Nestes termos podemos afirmar que Teodósio de Oliveira Ledo seria o quarto membro desta família a explorar as terras do Arraial de Piranhas. Destarte a contradição dos autores, fato importante é que Teodósio será o responsável pela ocupação do Sertão do Alto Piranhas.

A aldeia de Piranhas, atual cidade de Pombal, segundo a documentação e os estudos feitos até agora, teve como fundador Teodósio de Oliveira Ledo, que inicia o povoamento do sertão de Piranhas. Wilson Seixas foi um dos mais célebres que escreveu sobre a formação do arraial de piranhas. Seu livro **O velho Arraial de Piranhas** utiliza fontes locais, mas limitadas, na qual elucida o personagem de Teodósio de Oliveira Ledo. Seixas destaca a importância da Família Ledo para a interiorização do sertão e para a fundação do arraial de Piranhas “Pombal foi o primeiro agrupamento humano que se formou no alto sertão da Paraíba, centro de irradiação territorial e fonte onde se originaram outros núcleos de população” (SEIXAS, 2004, p. 131).

Segundo Seixas (2004) Teodósio Oliveira Ledo já morava no sertão quando recebeu as terras e foi até a Capitania da Paraíba para registrar a nomeação de Capitão-Mor, a partir daí iniciou a exploração do interior do sertão e sempre avisando ao então governador da capital sobre o que encontrava nas terras.

Dizia Teodósio, na sua carta endereçada ao governador da Albergaria, que, após o encontro com os índios Coremas e depois do acordo que fizera com eles, marchou em direção a Apodí, de onde, depois de retidas vitórias, regressou ao sertão de Piranhas, fundando ali o arraial, conforme as ordens do governador da Paraíba. Escolheu um lugar que lhe pareceu mais conveniente e cuja sombra estivesse mais seguros os moradores que naqueles sertões criavam gado. (2004, p.137)

O Arraial de Piancó já era conhecido por esse nome segundo Wilson Seixas (2004), passando também por nomes como Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso depois Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, passando a Vila e depois cidade de Pombal.

O autor enaltece a grandiosidade de extensão de terras formada pela Casa da Torre e os mistérios do desconhecido interior do sertão, mas que motivou os desbravadores a explorar o inexplorado e encontrando terras férteis que também possibilitava a produção agropecuária “Foi realmente a fazenda de gado que fixou o homem nos sertões da Paraíba enquanto determinava a política de desbravamento e penetração do progresso ao coração da terra afastando o colonizador da beira do mar” (p. 157).

A criação de gado contribuiu para a intensificação do povoamento do Arraial, com os arrendamentos destas terras veio também os engenhos de cana-de-açúcar, construía-se a Casa grande das fazendas, os currais e as moradias dos vaqueiros, aos poucos os donos das fazendas começaram a se fixarem em suas residências. Seixas (2004, p. 194) afirma que “Realmente, em torno das fazendas é que nasceram as povoações”. Importância dada também à religiosidade desse povoamento, a partir da construção de uma capela aumenta a concentração de moradias ao redor daquela localidade, esse processo se intensificou com o desenvolvimento da vila.

1.2 A formação da Vila São José da Lagoa Tapada

Depois de tratar da ocupação territorial do sertão aqui enfoco principalmente o arraial de Piranhas, houve transformações no quadro político, econômico e social da Paraíba. As articulações entre as mudanças sociais, políticas e culturais moldam, alteram e caracterizam o cotidiano dos colonizadores e os nativos do sertão e resulta nos costumes do povo que começa a formar o sertão paraibano.

Não diferenciado de outras regiões o principal motivo que levou a exploração da Paraíba pelos colonizadores foi às necessidades da metrópole como mostra a geógrafa Emília de Rodat Fernandes Moreira no livro **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. Formado por particularidades do trabalho do homem com a terra e assim se forma esse espaço paraibano como mostra Emília Moreira (1996, p. 25).

O espaço agrário paraibano não constitui uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo da ação diversificada do homem sobre

a natureza. Ação esta condicionada pelo modo de organizar a produção de bens e serviços e pelas articulações sócio-políticas e culturais que são essenciais à sua sobrevivência. Como esse processo não é estático (ele evolui e se transforma ao longo do tempo).

Os colonizadores começam o processo de exploração e dominação da terra, estabilizando e contribuindo para o aumento populacional. A autora Emília Moreira (1996, p.32) fala sobre a necessidade de desenvolvimento do litoral contribuiu para a exploração do sertão, conseqüentemente a formação de vilas e a emancipação desses espaços.

No litoral, ela baseou-se na produção da cana-de-açúcar. A evolução da atividade canavieira teve influência também na ocupação e povoamento do Sertão e Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canavieiras e pecuária.

Nesse sentido podemos afirmar que existia uma divisão de produção no litoral a cana-de-açúcar e no sertão a pecuária, sendo que uma atividade econômica influencia a outra, mas a produção de canavieira no litoral tem um destaque maior. Essa limitação que a autora chama de “divisão regional do trabalho” garantiu uma organização inicial do espaço agrário.

Segundo Almeida (1978, p. 138)

Havia por aquela época, 1835, onze vilas na Paraíba e uma cidade, a da capital, única até então existente. As vilas eram as seguintes: Alhandra, Pilar, Monte Mor da Preguiça, Conde ou Jacoco, Sousa, Pombal, Campina Grande, São João do Cariri, Brejo de Areia, Piancó e Bananeiras.

Horácio de Almeida (1978, p.20) no livro **História da Paraíba** afirma que onde hoje se encontra a cidade de São José da Lagoa Tapada, era ocupada por nativos de um grupo subdividido dos Cariris como mostra o mapa acima. Segundo ele “[...] os Coremas dominavam o sertão do Piancó e toda a bacia superior de Piranhas”. A cidade paraibana de Coremas recebeu o seu nome advindo deste grupo de nativos. O município

de Coremas é uma das fronteiras do município de São José da Lagoa Tapada conforme dados do IBGE.

As terras da atual São José da Lagoa Tapada, foram colonizadas nas primeiras décadas da ocupação territorial do sertão. Como mostra as transcrições das Sesmarias no livro **Apontamento para a História** de João Lyra de Tavares.

Esse espaço era bom para a criação de gado e cultivo de pastagem. Mas as primeiras fazendas que surgiram tinham a função de cuidar dos gados em determinados currais na ribeira de rios. A partir da formação destas rústicas fazendas que surge as futuras vilas, e esta instalação servia também como legitimação de posse das terras.

As terras da cidade de São José da Lagoa Tapada pertenciam ao Capitão-mor José Gomes de Sá, um dos maiores proprietários destas paragens sertanejas, representando uma figura de destaque na formação das primeiras vilas e cidades. Como apresenta MELO (1995, p.79) “Na qualidade de ‘maior figura patriarcal do sertão da Paraíba’, o capitão-mor José Gomes de Sá possuía fazendas arrendadas a Casa da Torre”.

Wilson Seixas (2004, p. 170) ao tratar em seu livro sobre a divisão das sesmarias com vários desbravadores também destaca a figura importante do Capitão-mor José Gomes de Sá que “Residia no Rio do Peixe o capitão-mor José Gomes de Sá, dono da maior firma patriarcal do sertão paraibano, onde possuía diversas fazendas adquiridas por arrendamento pela Casa da Torre”.

Julieta Pordeus Gadelha historiadora e especialista no município de Sousa no livro **Antes que ninguém conte** (1986), mostra o papel de capitão-mor José Gomes de Sá, uma figura de grande prestígio e poder, pois nesse período o poder estava ligado muito à questão de respeito na sociedade, assim como suas influências e posses. Segundo a autora (1986, p. 16) “O domínio financeiro de José Gomes de Sá mudou-o de sesmeiro para a pessoa mais influente e poderosa da região. Não havia ainda partidos políticos, mas o político mais forte era o que mantinha a sua palavra, firmes eram as suas decisões”.

Em relação às posses que o capitão-mor tinha, a historiadora sousense diz que “[...] da condição de amparado da Casa da Torre, o sesmeiro José Gomes de Sá passou a ser um dos maiores senhores de terra, cujas propriedades atingiam quase todo território

de Sousa, Pombal, Coremas e São José da Lagoa Tapada” (1986, p.16). Esse forte poder que levou-o ao título de Capitão-mor já mostra sua futura posição política. Sendo que seu filho também com o nome de José Gomes de Sá, adquire todo o prestígio de seu pai.

E foi o Coronel José Gomes de Sá que herdou as terras que deram origem à vila de São José da Lagoa Tapada, que depois passou a se chamar Oiticica e já em 1946 ganhou a nova denominação Oiticica Tuba, até a emancipação política em 1959. Podemos perceber as posses destas terras nas transcrições de sesmarias no livro de Lyra (1982, p. 432).

Coronel José Gomes de Sá, morador na fazenda Riacho, termo de Pombal, diz que entre os bens que lhe ficaram por herança do seu defunto pae, capitão-mór José Gomes de Sá, foi a fazenda do Riacho e a Lagoa Tapada, cujas as terras houve por compra a Caza da Torre, conforme a escritura de mil setecentos e trinta e um.

Esse registro de sesmaria data 6 de fevereiro de 1788, sendo que afirma que essas terras já pertenciam ao Capitão-mor em 1731, ano que o seu filho Coronel José Gomes de Sá nasceu, a escritura legitima a posse destas terras ao coronel. Em relação ao nome da cidade pode-se perceber que não houve um tapamento de lagoa alguma, pois a data que se refere o documento era o início do povoamento do arraial de piranhas, e muito antes do povoamento destas terras. Sendo que muitos idosos relatam que taparam a lagoa por motivos diversos, ou seja, não podem confirmar essa hipótese, pois não há registro desta lagoa. Supostamente esse nome foi o próprio capitão-mor José Gomes de Sá que tenha dado por algum motivo relacionado à criação de gado que tinha nestas terras.

Em relação ao nome da cidade acreditamos que pode ser entendida por duas hipóteses a questão religiosa ligada à família de Padre Izidro Gomes de Sá, já que essa família compunha os primeiros moradores daquela localidade ou então uma forma de homenagear seu antecedente e desbravador na colonização destas terras Capitão-mor José Gomes de Sá. Fica a dúvida sobre estas questões. Os Gomes de Sá deixaram outros descendentes que repetidamente recebiam o mesmo nome de “José Gomes de Sá”. E sobre o termo “Tapada” segundo o dicionário Aurélio on line significa Mata cercada por um muro dentro do qual se cria caça e/ou Parque, cerrado.

Capítulo 2

Tramas políticas de atuação do município

O termo Trama tem vários sinônimos, destacamos alguns como acordo, ligação, rede, pacto. Sendo assim, a trama é um conjunto de interesse que dá continuidade a um esquema montando como parte do cenário do fato histórico. Enquanto o termo política é sinônimo de artifício, esperteza, astúcia, maquiavelismo, enfim, uma série de denominação que designa e dá significados a noção de ardil, ardiloso.

Sabendo disso, “Trama política” é o mesmo que rede de artifício, ou seja, um emaranhado de negócio e articulações no meio político. Sendo uma rede de interesses dentro da política, as tramas podem aparecer como benefício social ou individual, assim como um artifício natural dentro desse contexto impossibilitando a separação de trama política e o poder público.

Nestes termos pretendemos tratar aqui sobre as várias formas que os políticos podem atuar dentro do município de São José da Lagoa Tapada em favor ou não da população e suas possíveis contribuições, analisando também o Livro de Atas e o lugar que se elaborou os projetos de leis municipais.

2.1 As Atas e suas emblemáticas sessões

Os documentos analisados aqui são dois Livros de Atas da Câmara Municipal de São José da Lagoa Tapada-PB, o primeiro aborda o período de 20/10/1960 à 21/06/1965 e o segundo de 22/07/1965 à 14/12/1966. Estes registros feitos manualmente com caneta ou na cor preta ou azul.

Estes livros tem formato capa dura com folha pautada, o primeiro é numerado de 1 a 200 páginas e o segundo é numerado de 1 a 100, nos dois livros somente a pagina da frente é numerada. A primeira página dos livros é branca, na qual se registrava um termo de abertura do livro de atas e apresentando a assinatura do atual presidente da câmara.

Um das questões mais emblemáticas de nossas fontes, objetivo de nosso escrutínio inicial, são referentes às prováveis incongruências. Neste tópico, buscaremos apresentar aquilo que nos chamou atenção no que foi registrado pela burocracia da Câmara de Vereadores.

Ao analisar o Livro de Ata percebemos que alguns registros foram feitos seguindo os padrões normativos, mesmo que, por exemplo, não houvesse um padrão dia para que os vereadores se reunissem.

TODAS AS SESSÕES ENTRE 1960-1966⁶

ANO	PERÍODO	MÊS	DIAS
1960	1º Período	Outubro	20
		Dezembro	10, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 23, 26 e 31
1961	2º Período	Junho	05, 10, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 30
		Outubro	10
		Dezembro	11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30
1962	1º Período	Junho	15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29 e 30
		Julho	02, 03, 04, 05,
	2º Período	Dezembro	10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29 e 30.
1963	1º Período	Março	2
		Junho	10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 30.
	2º Período	Dezembro	10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30 e 31.
1964	1º Período	Março	12
		Junho	10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 30

⁶ Continua na página seguinte.

	2º Período	Outubro	6, 20 e 21
		Novembro	10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 24, 23, 24, 25, 25, 27, 27, 28 e 30
		Dezembro	01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 10, 11, 12 e 12
1965	1º Período	Abril	12 e 19
		Junho	10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 19, 20, 22, 25, 26, 26, 26, 28 e 30
		Julho	01, 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10
	2º Período	Novembro	22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 30
		Dezembro	01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22 e 23.
1966	1º Período	Março	30
		Junho	13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28 e 30
		Julho	01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 18
	2º Período	Setembro	8
		Dezembro	01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13 e 14.

Tabela 1. Livro de Atas da Câmara Municipal

A tabela acima foi construída com base na análise dos Livros de Ata da Câmara Municipal Miguel Rodrigues Coura. Mostra todas as sessões ocorridas na década de 1960, apresentando ano, período legislativo, mês e data.

A partir dessa análise percebemos que os dois períodos legislativos ocorriam durante o mês de Junho 1º período e às vezes se estendia para julho e no mês de dezembro no 2º período, nos anos de 1960 a 1964, seguido por uma série de sessões, nos anos seguintes houve sessões em meses alternados em abril, setembro e novembro. Podemos entender que esse registro foi feito de forma aleatória para registrar os projetos de leis, supostamente as sessões tenham acontecido em datas diferentes, pois segundo os relatos os vereadores se fizeram presentes em sessões normais em dias de sábado e também em feriados.

Ao iniciar o primeiro período legislativo do ano sempre tinha uma sessão extraordinária meses antes de iniciar os trabalhos, geralmente em março e outubro.

A primeira eleição municipal em São José da Lagoa Tapada aconteceu em 03 de outubro de 1960, nesta data estavam sendo realizadas no país as eleições presidenciais que elegeu Jânio Quadros como Presidente do Brasil, enquanto o estado da Paraíba contava com o governador Pedro Gondim (UDN). As eleições municipais ocorreram pela necessidade do município recém-emancipado.

Ocorridas às eleições supracitadas, os registros da Câmara Municipal do dia 20 do mesmo mês e ano apontam uma sessão solene para posse dos vereadores e prefeito, talvez a posse tenha acontecido no mesmo mês da eleição e não no primeiro dia do ano seguinte como de costume, porque o prefeito anterior assumiu o cargo provisoriamente até haver uma eleição.

Um fato que nos chamou atenção foi à data da eleição, pois segundo os registros houve eleição para prefeito e vereadores em 10 de outubro de 1964, mas segundo o site oficial do Tribunal Superior Eleitoral não houve eleições para esses cargos nesse ano e sim em 1962 e 1965.

A caligrafia muda vez ou outra nas sessões e o secretário continua sendo mesmo. Outra questão que nos chamou atenção é a cor da tinta da caneta, pois o texto aparece grafado em duas cores dentro de um documento oficial produzido por órgão colegiado. Certamente esse registro foi feito com pressa e pouca preocupação orgânica com o texto já que mudou-se a cor da caneta usada. Como podemos ver na imagem 1.

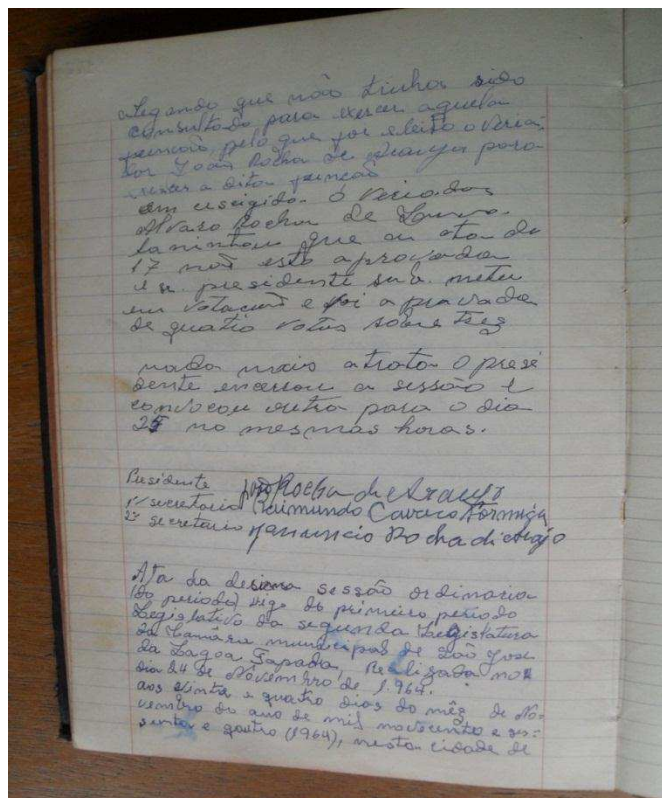
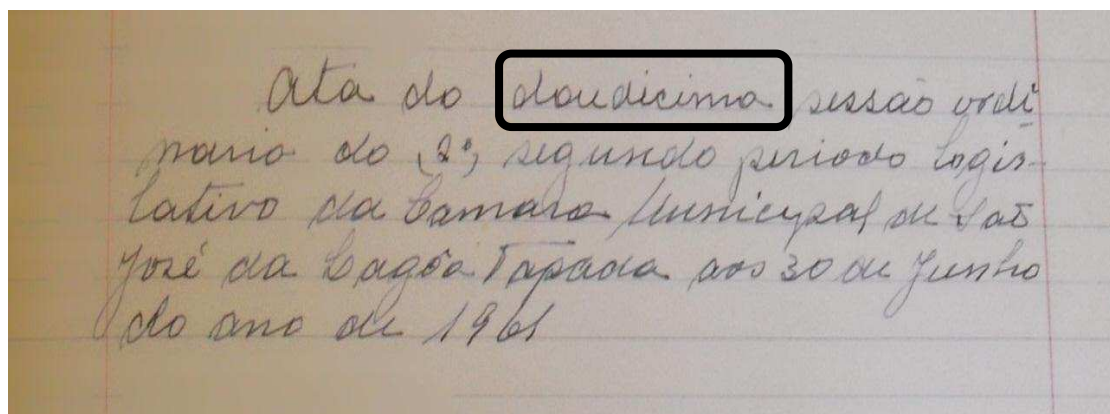
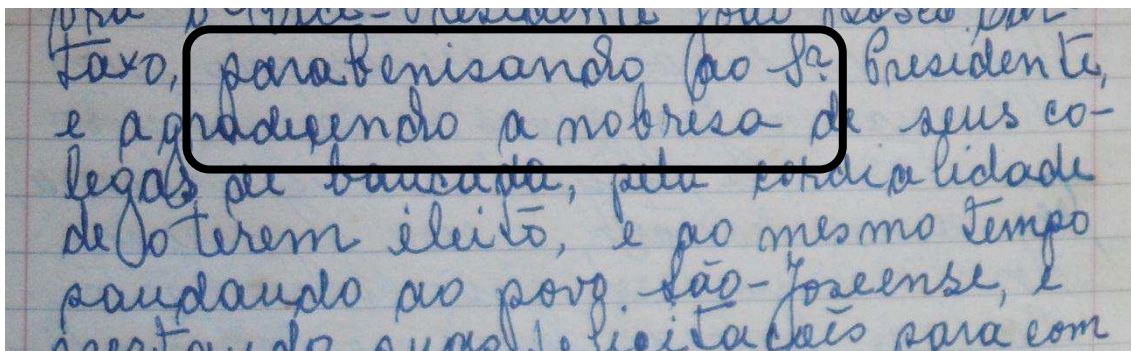


Imagem 1. Ata 10ª sessão ordinária dia 24-11-1964. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Na análise dos documentos pudemos perceber que a escrita apresenta várias palavras que não grafadas com variações ortográficas ver imagens 2 e 3. Destacamos que no próprio cabeçalho a palavra doudécima em vez de décima segunda, assim como realisouse, puder, auturizando, quisesse, parabenizando, nobresa entre outras. Talvez nesse período essas palavras fossem escritas dessa forma.





Imagens 2 e 3 Arquivos Pessoais. Data: 07/10/2011

Durante essas análises nos chamou atenção à quantidade de páginas em branco de uma sessão para outra, assim como as atas riscadas e depois feitas novamente com o mesmo conteúdo, com diferença apenas nos erros ortográficos como mostra as imagens.

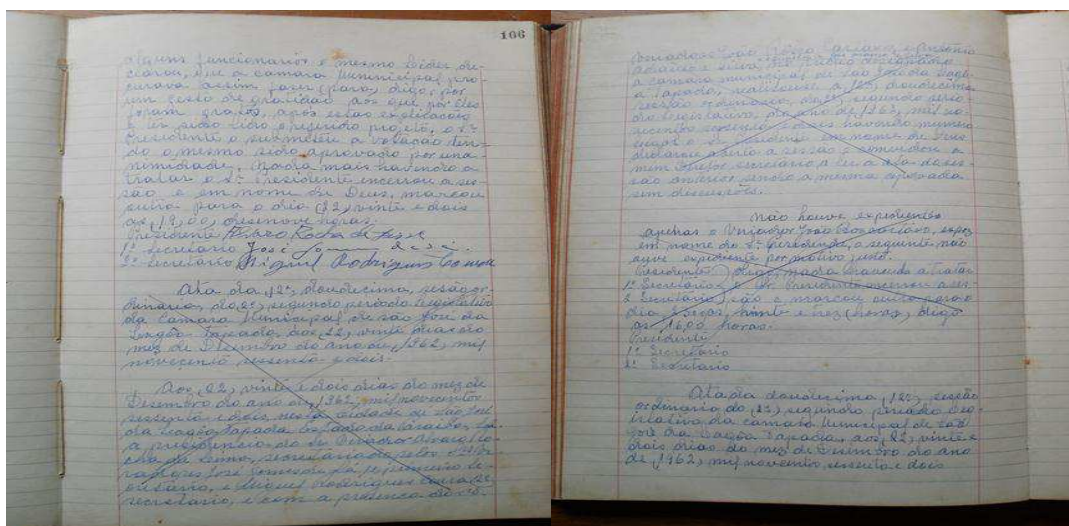


Imagem 4. Fotografia da Ata Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

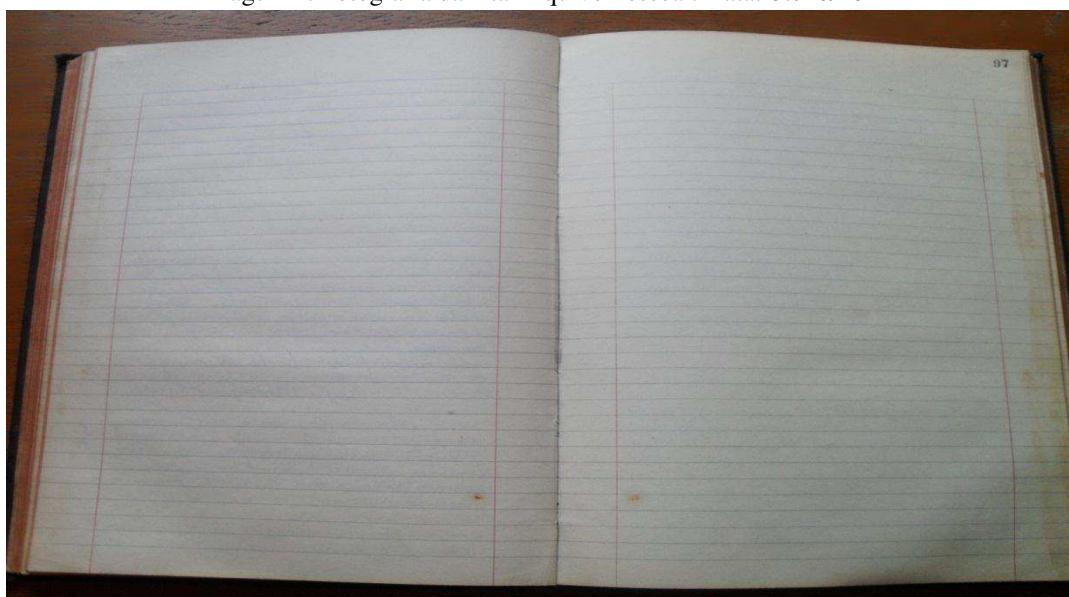


Imagem 5. Fotografia da Ata Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Usualmente esse tipo de documento é feito depois que acontece o ato, mas mesmo assim, o registro é feito com erros notáveis já citados. Levantando a hipótese que esses registros foram feitos com pressa para atender a demanda, como por exemplo, uma fiscalização de algum órgão do Judiciário, já que essa ação pode acontecer em qualquer município investigando gestões anteriores.

Outro fato que comprova essa falta de cuidado na escrita do documento é na Ata de Instalação e Posse dos novos vereadores e Presidente da Câmara em 21 de outubro de 1964, pois nesse registro houve a eleição para presidente da Casa Miguel Rodrigues Coura⁷. Esse texto começa com uma caligrafia e termina com outra, e no final da Ata aparece esse registro “Em tempo: para Presidente Álvaro Rocha de Lima digo João Rocha Araújo obteve 5 votos”. Ou seja, o secretário balizando-se em ata anterior teve que apresentar retificação do nome do novo presidente. Pelo menos supomos isso ver na imagem 6.

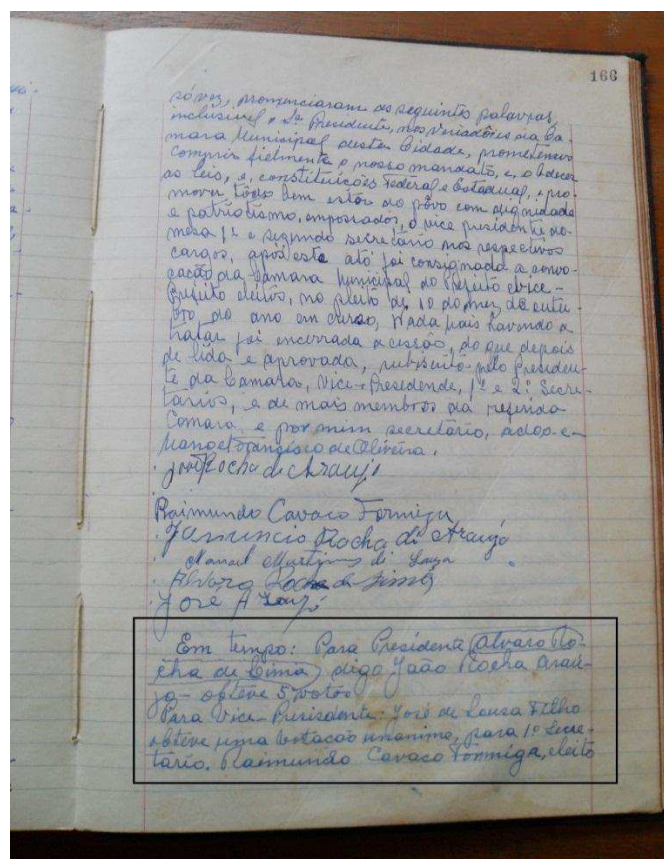


Imagem 6. Fotografia da Ata de Instalação e posse dia 21-10-1964. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

⁷ A Câmara Municipal recebeu esse nome depois do período aqui analisado de 1960-1966, pois não consta em ata o nome da câmara. Por opção nossa usamos o nome que a Câmara recebe atualmente.

Houve o registro de duas sessões com a mesma data 30 de junho de 1961, sendo que as atas foram escritas com caligrafias diferentes, deixando entre uma das sessões páginas em branco.

Compreendendo assim que foram escritas para concluir o período e para aprovar projetos emergentes, pois as duas sessões do dia 30/06/1961 são aprovados os projetos com mesmos objetivos “compra de terreno para os pobres”. Podemos observar essas contradições encontradas nas atas pelo número da página do livro de Atas, pois na página 44 escreveram uma ata na 45 deixaram em branco e se retorna o fluxo de registro na 46, como podemos ver na imagem 7.

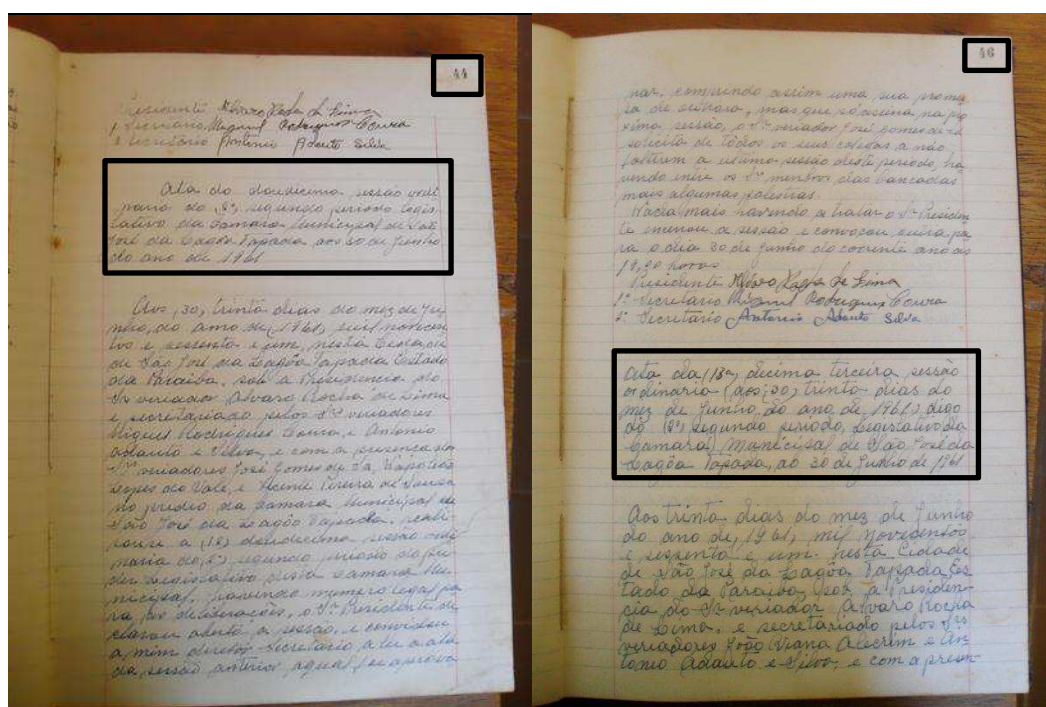


Imagem 7. Fotografia da Ata da 13ª Sessão Ordinária 30/06/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Destacamos também três sessões seguidas com a mesma data 26 de junho de 1965, sendo que duas com um presidente da Câmara João Rocha de Araújo e a última como um novo presidente Manoel Martins. Sendo que Anuncia um presidente o outro assina e só depois que registram a nova eleição. Como podemos ver nas imagens 8, 9 e 10.

umas das outras levantando a hipótese de irregularidades em alguns casos, como incongruência na Câmara Municipal com mandatos de presidentes com menos de dois anos. Por falta de documento fica a dúvida se existia um estatuto na Câmara para fins de tais ações.

Situações essas que foram detectadas principalmente após a segunda eleição direta no município, em 10 de outubro de 1964 (após o golpe militar). Nos anos de 1960 e 1961 quem assumiu a presidência da Câmara foi Álvaro Rocha, mas que em 11 de dezembro de 1961 tirou uma licença por motivos de saúde, e assim através de uma eleição quem assumiu a presidência foi Miguel Rodrigues Coura, que era 1º secretário na gestão de Álvaro Rocha,

Nessa ata encontramos também erros e incoerências nos registros, como aparecer o cabeçalho da ata e o resto do texto foi riscado, pois iniciaram o registro anunciando Álvaro Rocha como presidente e na página seguinte já aparece o novo presidente e logo depois que aparece o registro da eleição que elegeu Miguel Rodrigues Coura. Como podemos ver na imagem 11.

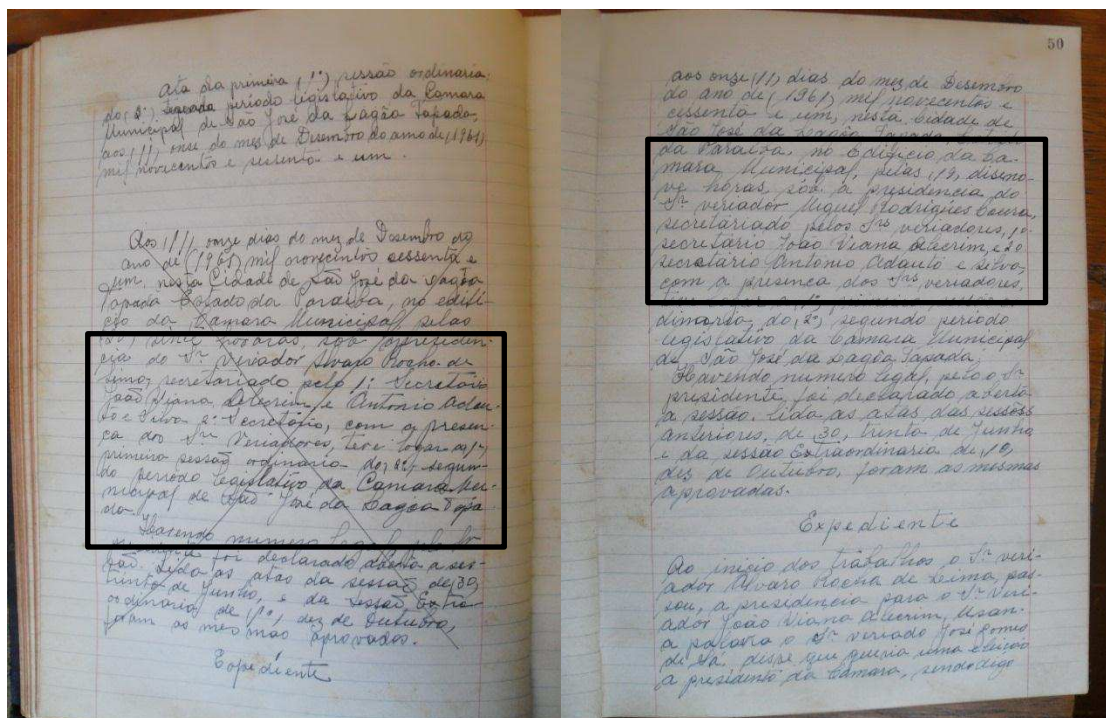


Imagem 11. Fotografia da Ata da 13ª Sessão Ordinária 30/06/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Ocorreu uma nova eleição para a presidência da Câmara com o retorno de Álvaro Rocha em 15 de junho 1962, sendo eleito com 4 votos, como na sessão

apresentada anteriormente anunciam Álvaro como presidente e por último registram a eleição. E este se manteve no cargo até 1964 quando ocorreram eleições municipais.

Após a eleição municipal de 1964, quem ocupou o cargo de Presidente foi o Vereador João Rocha de Araújo até 26 de junho de 1966 onde houve uma nova eleição assumindo a presidência da casa Manoel Martins como presidente. Mas este ocupou o cargo por poucos dias, pois no dia 30 do corrente mês e ano Manoel Martins passa o cargo por tempo indeterminado para seu vice João Rocha, que foi presidente durante dois anos.

Fato que nos causou estranheza já que Manoel Martins assumiu a presidência na casa apenas em 3 sessões, talvez esse fato tenha resultado em vantagens para os vereadores citados através de negociações.

Iniciavam a sessão com João Rocha como presidente e no final quem assinava a ata era Manoel Martins como podemos ver na imagem 12. A presidência da bancada segundo os registros foi assumida por essa troca de vereadores.

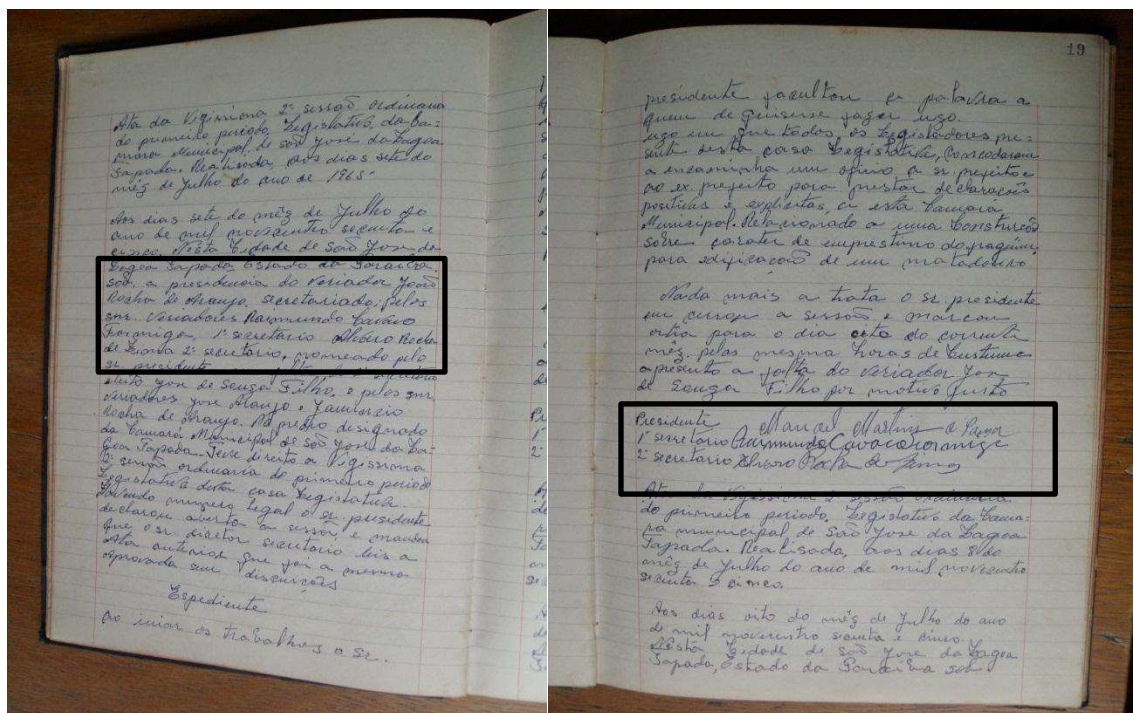


Imagem 12. Fotografia da Ata da 2ª Sessão Ordinária 07/07/1966. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Outro vereador que assumiu a presidência da casa no período citado foi Raimundo Cavaco. Mas não há registro de eleição para o cargo, acreditamos que o motivo que levou o vereador a assumir esse cargo foi à falta do Presidente e Vice-

presidente nas sessões e como ele era um dos secretários assumiu a bancada. Depois de notarmos esses casos, concluímos que depois de junho de 1966 até dezembro as sessões foram presididas por três vereadores João Rocha, Manoel Martins e Raimundo Cavaco de forma desordenada e sem apresentar um motivo para tais substituições.

2.2 As várias formas de atuação do poder público

O poder público é do interesse de toda a sociedade, pois está voltado diretamente para o cidadão. O período tratado aqui vai da década de 1960 até a década de 1970, recém-emancipada a cidade de São José da Lagoa Tapada tinha uma estrutura municipal muito precária, e nesse período o interesse por políticas públicas não era primordial na carreira política.

Como afirma a especialista em políticas pública Tânia Bacelar (2003) “Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social”. Sendo assim, o que se tornava viável para o interesse do Poder Legislativo e Executivo era propagar esse imaginário criado na sociedade politizada, e que eram primordialmente conservador. Os primeiros projetos de leis elaborados estavam voltados na aprovação da receita orçamentária, nomear algumas esferas públicas como a própria Câmara Municipal.

A imagem que se criou sobre o termo cidade apresenta de certa forma como representação do trabalho político (público) sobre aquilo que a cidade possui uma ligação intrínseca entre os dois significados Política Pública e cidade, como afirma a historiadora Maria Stella M. Brescianni (2007, p.251) no livro **Historiografia Brasileira em Perspectiva**.

As propostas de intervenção no traçado das cidades constitui a dimensão complementar das preocupações sanitárias das autoridades públicas. Planos de saneamento das várzeas, esforços para hierarquizar os espaços da cidade em áreas comerciais, indústrias, residenciais ricas e operários, a limpeza das ruas e coleta de lixo doméstico.

Sendo que essa versão tradicional mostra a hierarquização nesse sentido, espaço relativiza ainda mais o poder político dentro do desenvolvimento urbano, o comércio e outras esferas que permitem o avanço populacional da cidade vão muito além do âmbito municipal. Assim o poder público está em interesse da comunidade, formalizando assim o compromisso prestado aos munícipes.

Se a atuação política contribui para o que acontece na cidade, também tem uma parcela significativa na formação de identidade social dos munícipes, e, portanto da história deste indivíduo que compõe a urbes. O conceito e os traços da cidade fazem com que as práticas políticas se realizem. Sendo assim o ser político atinge outras esferas para alcançar tal desenvolvimento que não se limita ao executar ou legislar os espaços das leis e do poder.

Como se sabe o poder legislativo tem o propósito de elaborar projetos de leis com a finalidade de beneficiar o social e o público. Mas essas leis devem ser aprovadas por uma comissão, colegiado, integrantes de uma instituição do poder.

O historiador Francisco Falcon (1997, p. 98) ao escrever um texto sobre “História e poder” fala sobre as várias formas que o termo “poder” é usado pela historiografia e mostra a dificuldade dos historiadores ao se referirem a esse termo, de modo que a análise é muito mais complexa do que os limites dos estudos, e completa que “[...] a frequência com que os historiadores se referem à política ou ao político como equivalentes (sinônimos) de poder [...]”. Nesse sentido, não desvincula a relação de poder e trama política. Pois carrega na sua variedade de conceito uma legitimação de competência do político em relação ao poder social e público. Na atuação de esferas limitadas a esse poder dentro do município a política trata-se de uma prática movida por acordos entre o municipal, o estadual e o federal.

Enquanto o historiador Ciro Flamarion (1997, p. 98) fala sobre as diversas maneiras que se colocar o termo poder.

Poder como algo inerente a certos indivíduos e instituições — a começar pelo Estado — ao conceito de poder como um tipo de relação social concebida eventualmente como de natureza plural — os poderes. Tratar-se-á aí da historiografia tradicional e de sua tendência multissecular de abordar apenas a política como se fosse esta a única forma/lugar do poder.

Nesse sentido, cabe a todos exercerem o poder, mas não efetivamente como os representantes políticos e sim parte desse poder (dimensão política) como indivíduos atuantes independentes do Estado, este seria uma emanção suprema do poder.

A relação de poder para Michel de Foucault está ligada as diferentes relações sociais existem uma pluralidade envolta a essa questão. “Os poderes”, assim definido por Foucault não estão sobriamente ligados apenas ao político na sua política. Segundo o autor essa relação de poder se baseia também na relação de micro poder dos indivíduos.

Segundo Foucault (1997, p. 11).

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder- o que seria quimérico na medida em que toda verdade é poder- mas desvincula das formas da hegemonia (sociais, econômicas e culturais) no interior das quais ela funciona no momento.

Com base na documentação utilizada compreendemos que existe a articulação do poder em seus vários níveis. Logo na ata de instalação da Câmara Municipal de vereadores em 20 de outubro de 1960 o discurso apresentado exalta a presença das autoridades locais, vereadores e o presidente da Câmara Municipal Álvaro Rocha Lima felicitando os companheiros por se fazerem presentes no evento sem fazer distinção dos aliados partidários e os opositoristas. Manifestando em suas falas obediência a Constituição Federal e Estadual e afirmando suas ansiedades em promover um bem-estar do povo com dignidade e patriotismo.

Nesse documento podemos perceber o discurso de políticos participantes com fala de respeito, contribuição para o progresso e o bem-estar da comunidade, deixando de lado as possíveis desavenças partidárias. Destacamos a fala do vereador José Sá que reverbera:

[...] o Sr. José de Sá dêlho exaltou a personalidade dos candidatos empossados e teceu votos sinceros de progresso para S. José fez ainda o apêlo aos vereadores, para que deixassem de lado os ressentimentos e paixões

políticas e usasse apenas os interesses condizentes ao progresso e desenvolvimento de São José e ao bem estar de seu povo.

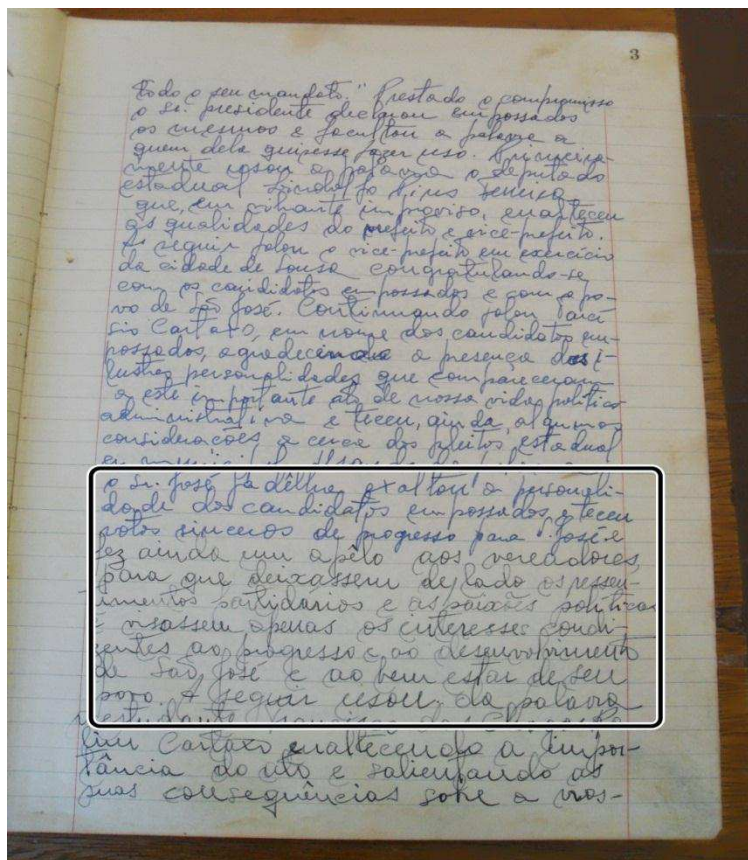


Imagem 13. Fotografia da Ata da Sessão Solene de posse 20/10/1960. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Na segunda sessão ordinária do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de 1960, mostra o trabalho efetivo dos vereadores, o início da ata havia a formalidade que é exigida num documento dessa espécie, mas em seguida aconteceu uma votação que estava relacionada às contas orçamentárias do ex-prefeito do município.

O Sr. Presidente submeteu as citadas contas a discussão e votação dos senhores vereadores; tendo as mesmas sido reprovadas por unanimidade, mesma demonstração patente de que os senhores vereadores encontram irregularidades no balancete das supra-citadas contas. (Ata 1ª sessão ordinária 10/12/1960).

Este caso mostra que os vereadores eleitos, assim como o Prefeito eram opositores políticos do ex-prefeito, que foi nomeado para ocupar esse cargo. Como podemos ver na imagem 14.

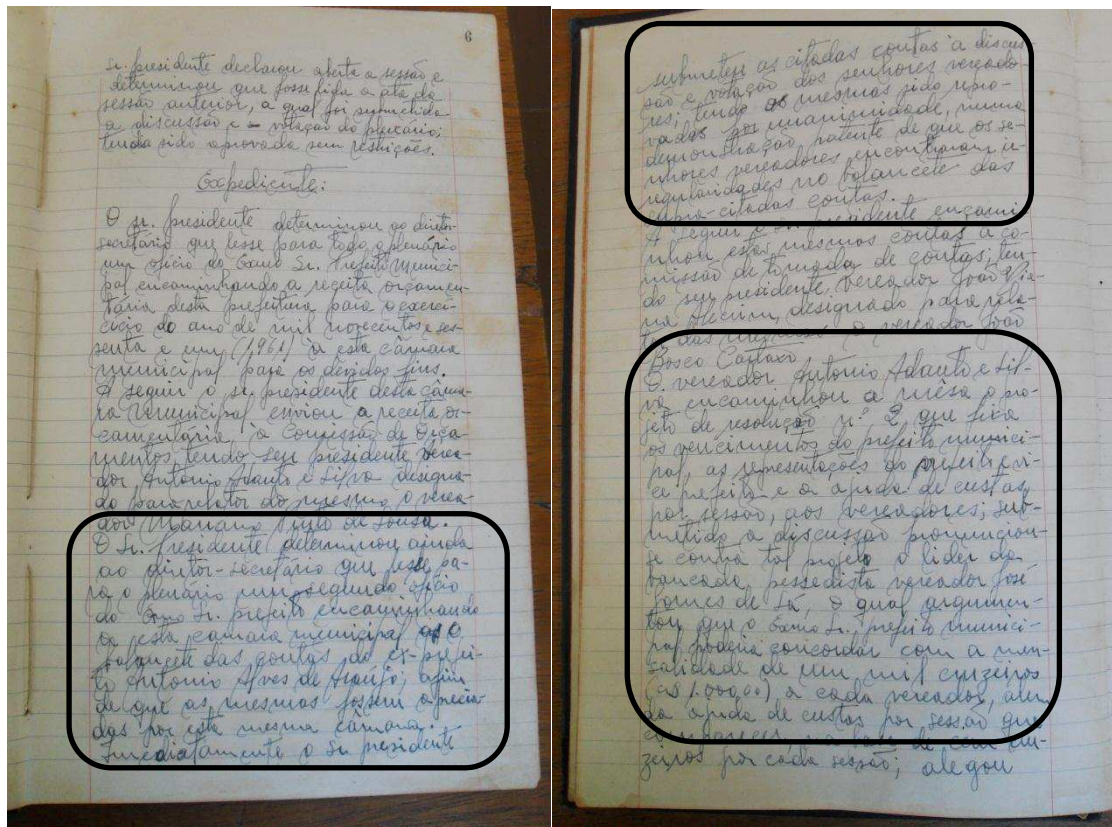


Imagem 14. Fotografia da Ata 2ª sessão ordinária 12/12/1960. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Nesta mesma sessão foi apresentado um projeto de lei sobre o pagamento do salário do prefeito municipal e uma ajuda de custo das sessões para todos os vereadores. Esse era benefício de cada um, mas não houve uma aprovação total dos vereadores, sendo que 4 vereadores aprovaram e 3 reprovaram.

Um dos vereadores que não aprovou solicitou que o tesoureiro da prefeitura mostrasse o balancete do mês anterior do município, como podemos ver na imagem 15. A insatisfação de alguns reverbera nesta questão, essa oposição na câmara mostra a formação de grupos, que também são influentes, pois foram eleitos, utilizaram de práticas de poder para ocupar tal cargo, mantendo-se presente na casa como oposição e fiscalizando possíveis irregularidades.

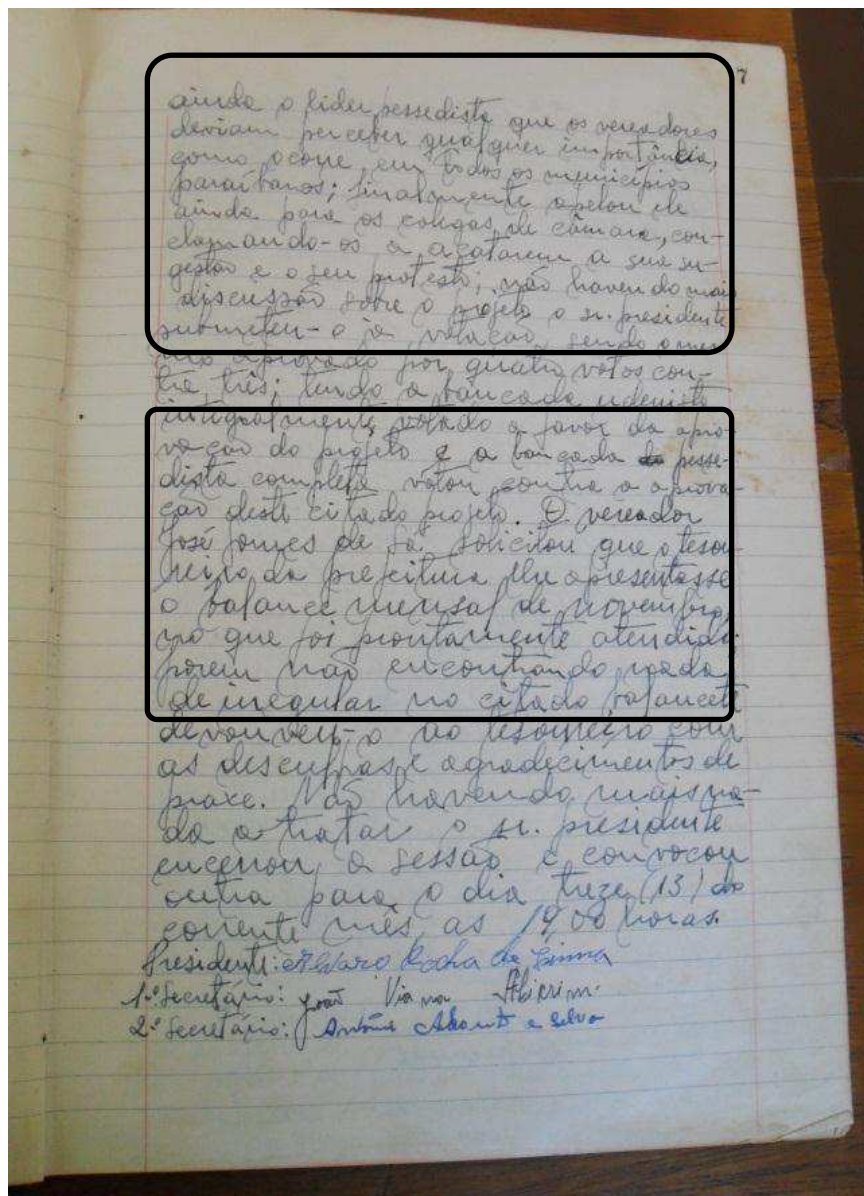


Imagem 15. Fotografia da Ata 2ª sessão ordinária 12/12/1960. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Essa e outras atas no início do período legislativo mostram que os vereadores elaboram leis para regularizar a Câmara, o pagamento dos parlamentares e Prefeito, assim como aprovar orçamentos da Prefeitura e criar comissões de fiscalização.

Na política não se descarta a possibilidade de se aliar a qualquer outro grupo político, é um método essencial nesta dimensão, não se faz política sozinho, é necessário fazer coligação para se manterem firme no contexto político. A Câmara Municipal se dividia em dois partidos políticos PSD e UDN. Como mostra o estudo sobre **Partidos políticos no Brasil** de Marcos Febre (2010) o Partido Social-Democrático foi criado por aliados de Getúlio Vargas em 1945, enquanto a União

Democrática Nacional foi fundada pela oposição ao governo de Vargas e defendia ideias radicais como a Reforma Agrária e políticas populistas. A Tabela 2 mostra a divisão entre os parlamentares.

DIVISÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO 1960-1964

PSD	UDN
José Gomes de Sá (líder)	Antônio Aduato e Silva (líder)
Mariano Pinto	João Viana Alecrim
João Bosco Cartaxo	Miguel Rodrigues Coura
	Álvaro Rocha (Presidente da Câmara)

Tabela 2. Livro de Atas da Câmara Municipal

Na ata de posse do Prefeito Raimundo Rodrigues Coura (UDN) e do Vice-prefeito Francisco Formiga de Sousa (UDN), aparecem discursos de personagens “importantes” na política local, enaltecendo a figura dos mesmos, como parte decisiva na construção e desenvolvimento da cidade. Este personagem era deputado estadual, que certamente teria apoiado o então prefeito eleito. Essa relação com representantes políticos tão importantes no estado, afirma a influência da política local com poderes externos.

Primeiramente usou a palavra o Deputado Estadual Lindolfo Pires que, em [?] improvisou enalteceu as qualidades do prefeito e vice-prefeito. A seguir falou o vice-prefeito em exercício da cidade de Sousa congratulando-se com os candidatos empossados e com o povo de São José. Continuando falou Tarcísio Cartaxo, em nome dos candidatos empossados, agradecendo a presença das ilustres personalidades que compareceram a este importante ato de nossa vida política administrativa (Ata da Sessão Solene de posse. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011).

Na ata existe o registro de duas sessões extraordinárias no mês de outubro de 1964, a primeira no dia 6 (antes da eleição) foi realizada com os mesmos vereadores para aprovação de crédito para a construção do matadouro municipal. O projeto foi aprovado por unanimidade. A segunda sessão extraordinária foi realizada no dia 20 (depois da eleição) também com os mesmos vereadores, com a finalidade de aprovar vários créditos para pagamentos designados como iluminação pública, assistência social, despesas diversas entre outras. E já no dia 21 de outubro houve a sessão de instalação da câmara municipal e posse dos vereadores e outra sessão solene da posse

do Prefeito Joaquim Mendes Cavalcante (PSD) e do Vice-prefeito Francisco Gregório Mendes (PSD). Essa eleição apresenta mudanças no novo quadro do legislativo, pois a maioria na câmara passa a ser do PSD.

DIVISÃO PARTIDÁRIA DO LEGISLATIVO 1964-1966

PSD	UDN
João Rocha Araújo (Presidente)	Álvaro Rocha
Raimundo Cavaco	Manoel Martins
José de Sousa Filho	José Pedro Lima
Januncio Rocha Araújo	

Tabela 3. Livro de Atas da Câmara Municipal

O único vereador que se reelegeu foi o ex-presidente da Câmara Álvaro Rocha, mas fazendo parte na bancada da oposição. Na sessão de posse houve a eleição para presidente da câmara, assim como a escolha de cargos como 1º e 2º secretário da Casa, todos esses cargos foram ocupados pela a bancada peessedebista. Mas que no decorrer dos registros percebemos várias mudanças de cargos e de partido

Na posse do Prefeito e vice houve o discurso de comprometimento com o povo em geral, contando com a presença de políticos e correligionários.

Prometiam cumprir fielmente com dignidade os cargos de Prefeito e Vice-prefeito pelos os quaes foram eleitos, bem como cumprir e faser cumprir as Constituições Federal e Estadual e demais Leis do paíz e do Estado durante tôdo seu mandato. (Ata da Sessão Solene de posse 21/10/1964. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011).

Como já mencionamos no tópico anterior, na gestão do primeiro prefeito eleito Raimundo Rodrigues Coura, o vereador Álvaro Rocha que era aliado partidário do prefeito, se manteve como presidente quase todo mandato (4 anos) sendo reeleito em 1961 e se ausentando por apenas um período de seis meses por motivos de saúde.

Enquanto no mandato de Joaquim Mendes Cavalcante (1964-1966), ocorreu uma série de sucessões de presidentes, ora eleitos pela bancada, ora substituindo os faltosos. Nessas sucessões favorecia apenas a bancada do PSD, na qual causou insatisfação com o partidário Januncio Rocha, que anunciou que estava saindo do

partido e solidário com Álvaro Rocha que em sua fala pedia uma eleição para presidente da Câmara e teve seu pedido negado.

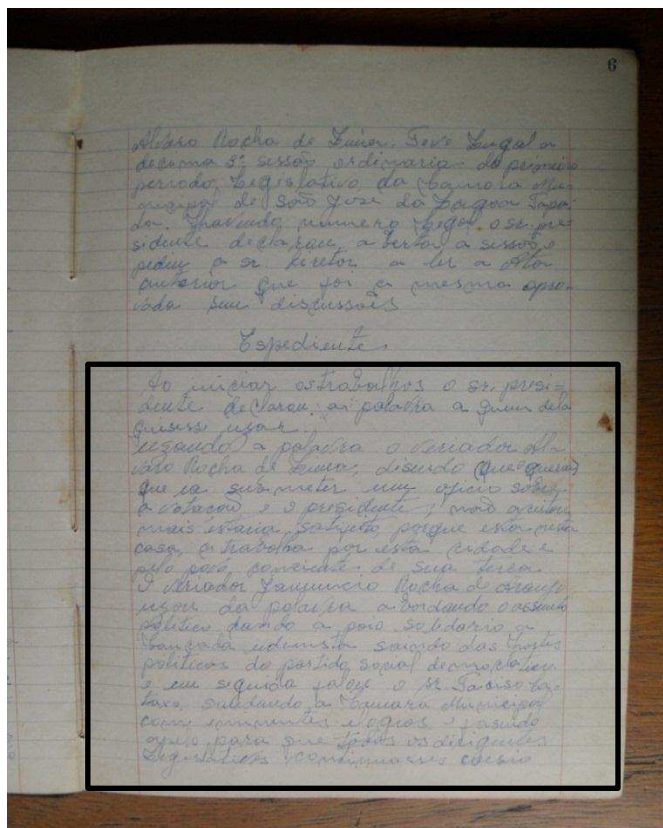


Imagem 16. Fotografia da Ata da 3ª Sessão Ordinária 26/06/1966. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Sendo assim, percebemos a figura de liderança partidária de Álvaro Rocha, sempre se destacando em suas falas, apresentando discursos de compromissos, principalmente quando foi reeleito pelo povo, fazendo parte da oposição na Câmara, bem como projetos de lei em benefício de “todos os pobres”, termo utilizado por eles em suas falas.

Ainda sobre as sucessões na presidência da Câmara entre 1964/1966 encontramos o vereador Manoel Martins que era da UDN como vimos na Tabela 2, levantando a hipótese de que houve uma troca de alianças entre os vereadores citados. Pois favoreceram um vereador que fazia oposição formando aliança e perdeu um aliado para a oposição.

Quanto os projetos analisados beneficiavam os “pobres”, segundo o discurso utilizado pelo Legislativo, o que se destaca das falas dos vereadores mais presentes, como o líder de cada partido na Casa e do Presidente, são argumentos para defender o prefeito ou justificar possíveis falhas da Mesa.

Ao analisarmos as atas percebemos que no geral os vereadores procuravam elaborar projetos em benefício próprio, pois eram várias discussões sobre a cobrança e arrecadação de impostos, orçamentos a nosso ponto de vista absurdo para o porte da cidade.

Seguido por uma série de atas na qual os vereadores falavam sobre o Prefeito acusando-o de má gestão, irresponsabilidade, entre outras acusações, em seguida teciam um discurso sobre o progresso, desenvolvimento do seu povo sem distinção política. Mas na verdade não apresentavam projetos que ajudaria a sociedade a receber direitos comuns a todos, como saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Assim como várias sessões sem expediente, ou seja, não apresentavam nenhum projeto e nem discussão sobre a não efetivação dos projetos colocados em votação.

CAPÍTULO 3

OS PROJETOS DE LEI E A CIDADE

Os projetos de lei são essenciais para a construção de obras nas secretarias, por exemplo, o valor dos vencimentos dos servidores, assim como o orçamento anual do município. No terceiro e último capítulo iremos tratar das políticas públicas dentro das tramadas, analisando projetos específicos sobre educação, saúde e infraestrutura. Destacando a importância desses projetos em relação à sociedade, o interesse de beneficiar o município em termos social e cultural.

Na análise das 245 sessões no período de seis anos, destacarei nesse capítulo apenas áreas específicas cada documento tem seu valor e importância nesse trabalho, mas se tornar inviável analisar detalhadamente todos os documentos. Essa análise mais extensa cabe a trabalhos futuros.

3.1 E o que dizer sobre a educação?

A educação é atualmente um dos temas mais discutidos pela sociedade, por parte do poder público, privado e nas bancadas parlamentares, essas discursões visam melhorias no setor. Através de debates e reflexões, alguns mais pontuais e outros mais gerais, com a expectativa de organizar e melhorar a realidade educacional do país. Mas na década de 1960 em São José da Lagoa Tapada esse assunto era pouco colocado em pauta pelos vereadores na Câmara.

A professora Rozilene Lopes de Sousa na dissertação intitulada **“Que saudades da professorinha”**: história e memórias da educação de São José da Lagoa Tapada-PB (1968-1980) apresenta um estudo sobre a educação do município, expondo entrevistas de professores que contribuíram para a educação do município apresentando depoimentos relevantes sobre o assunto.

Conforme esse estudo antes mesmo da emancipação de São José da Lagoa Tapada o município já tinha escola, mas era iniciativa do Estado. Segundo Lopes (2009 p. 104) o depoimento da professora Judite Lourenço indica que formou-se na Rede

estadual de ensino no município de Antenor Navarro e depois foi pra São José da Lagoa Tapada atuar como docente da rede. Veja o depoimento da Professora Judite Lourenço.

Casei em 1956. De Cajazeiras pedi minha transferência para São Jose. Casei em no dia 20 de janeiro, já no dia 27 de janeiro, com sete dias saiu minha transferência. Quando cheguei lá não tinha lugar pra ensinar, não tinha professora, não tinha grupo, não tinha nada, só tinha o sobrado. Não lembro se foi alugado ou dado. Ensinava Desterro de Gregório particular. Mas naquele tempo ninguém tinha dinheiro pra pagar nada. [...] Fiquei no sobrado, ai depois pediram o sobrado e fiquei ensinando em casa.

Esse depoimento mostra a realidade da educação no município naquela época, pois mesmo antes da emancipação já tinha professoras dando aula, de inicio particular e depois funcionarias do Estado, mas mesmo quando o ensino era público a população não tinha condições de colocar seus filhos para estudar, pois os livros eram comprados, assim como os outros materiais e a realidade econômica da população não supria as necessidades exigidas pela escola. O local onde funcionava a escola era o sobrado⁸ onde que também funcionava a Prefeitura e a Câmara municipal.

A primeira discussão que houve na casa Miguel Rodrigues Coura sobre o assunto foi no dia 21/12/1960 foi colocado em pauta um Projeto para a construção de três prédios escolares, mas esse projeto não foi aprovado de imediato, pois segundo o autor do projeto foi reprovado por motivo partidário “Logo após a verificação do resultado o vereador José Gomes de Sá o autor do projeto interpelou a bancada udenista, porque havia votado contra seu projeto, quando o mesmo era de grande utilidade pública?”.

A votação do projeto obteve o seguinte resultado dois votos a favor do PSD e três votos contra da UDN, pois os vereadores Mariano Pinto (PSD) e João Viana Alecrim (UDN) haviam faltado à sessão.

Logo após esse discurso o presidente da Câmara faz uma defesa à bancada da UDN, afirmando que não existia desavença partidária e logo depois o projeto foi

⁸ Ver imagens em imagem em anexo.

aprovado por unanimidade e fizeram um apelo ao prefeito que fosse construído pelo menos um prédio por ano.

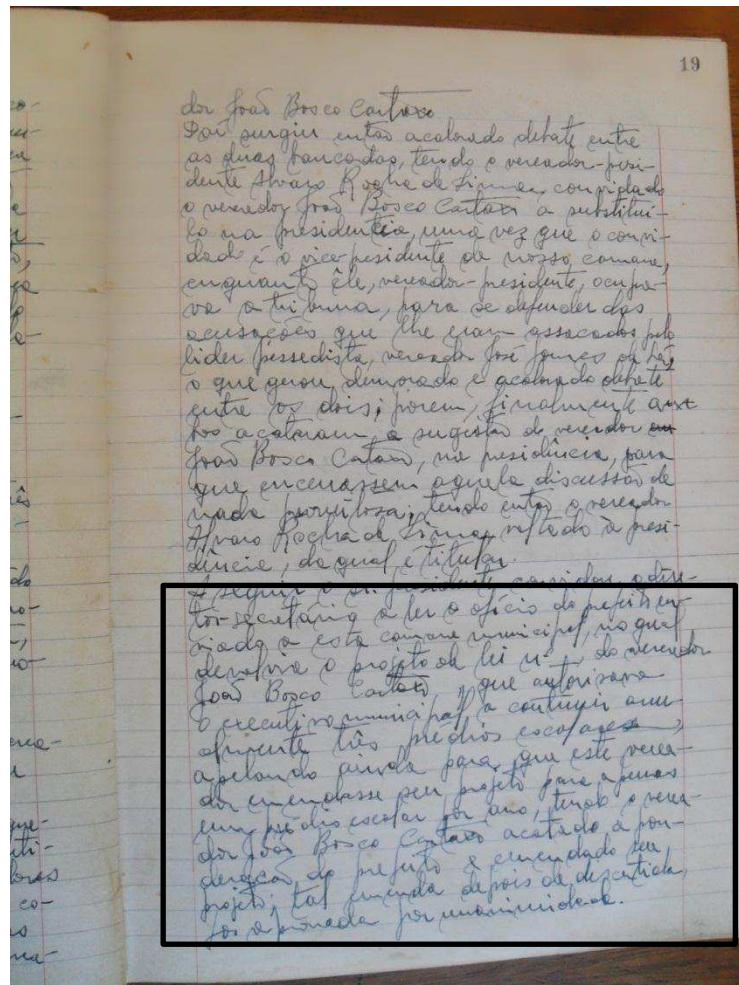


Imagem 17. Fotografia da Ata da 8ª Sessão Ordinária 21/12/1960. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Na Sessão do dia 19/06/1961 o vereador João Viana presidente da comissão de educação e saúde convocou as diretoras das escolas primárias, para tratar de esclarecimentos e assuntos sobre instruções educacionais. Na sessão seguinte 21/06/1961 a diretora se fez presente no local, sendo que foi questionada sobre os boletins e matrículas estão em vigor.

O Sr. Presidente Álvaro Rocha de Lima interrogou a Sra. Diretora dos ensinos primários sob pontualidade de professores e alunos, justifica a Sra. Diretora que estão em dias Livros, boletins e mais documentos de 38 matrículas de sua responsabilidade e quanto ao caso de frequência é cabível a Sr. Francisco Alves Ferreira delegado escolar, citando a mesma a Sra. Diretora que estas são as instruções da Diretoria da Educação estadual.

3.2 A Cidade e a infraestrutura

Os primeiros projetos na câmara estavam voltados para a infraestrutura do município, como praça pública, chafariz, difusora, entre outros, mas aqui destaco a importância dada pela casa Miguel Rodrigues Coura a iluminação pública e a construção do Matadouro que se tornou um dos assuntos mais discutidos pelo legislativo.

Os vereadores cobravam a efetivação dos projetos acusando o prefeito de irresponsável. Algumas vezes discursões calorosas entre eles, pois os vereadores de oposição ao fazer acusações ao prefeito acabavam ferindo com palavras os vereadores aliados.

Apresentando assim tramas que beneficiava cada um, pois o que era defendido pela situação era repudiado pela oposição e vice-versa, ou seja, a situação tinha que defender seus interesses que estavam relacionados à figura do prefeito e a oposição defendia seus interesses acusando o prefeito e seus aliados. Enquanto isso a população espera melhores condições findadas dessas discursões.

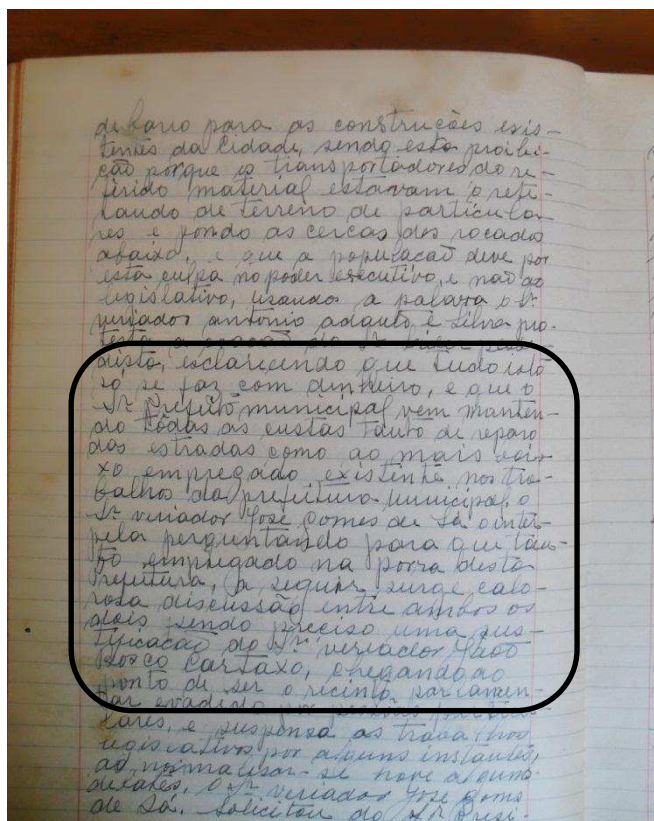


Imagem 19. Fotografia da Ata 8ª sessão ordinária 19/12/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Nessa sessão os vereadores João Bosco Cartaxo e Adauto Silva se exaltam e começam a brigar, sendo que a sessão foi invadida por pessoas que acompanhavam as reivindicações dos vereadores. Como foi registrado em ata, nesse sentido podemos perceber que além da oposição no parlamento a população se mostra indignada com tais atos.

O Vereador João Bosco Cartaxo apresentou um projeto para melhorar a energia da cidade, pois segundo o registro ele afirma que a energia é fraca e necessita de vários postes, nessa fala ele garante que se o projeto for executado a cidade se tornaria mais bela. Mostrando total interesse dos demais vereadores, pois associavam a luz da cidade como progresso e desenvolvimento, a cidade assim se tornaria “uma jovem bela cidade”.

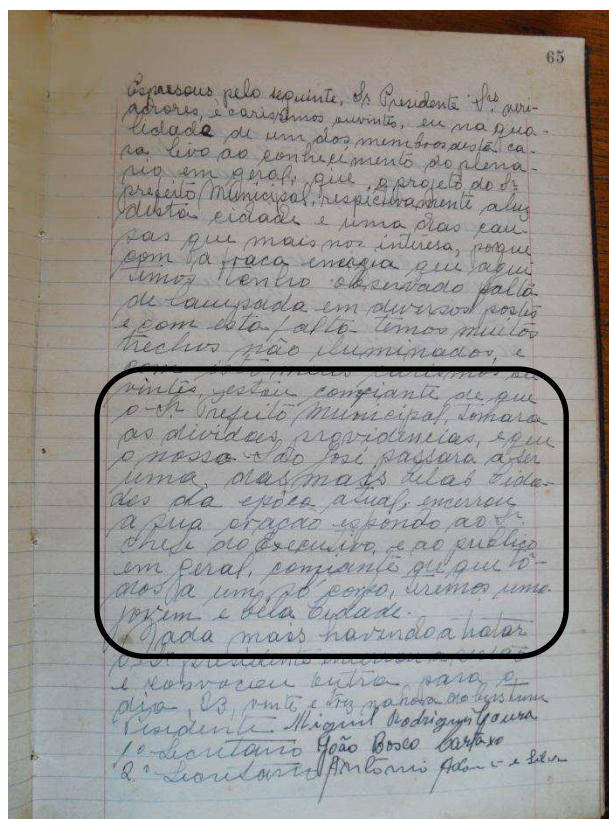


Imagem 20. Fotografia da Ata da 11ª Sessão Ordinária 22/12/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

O apelo feito pela casa ao prefeito para a construção do Matadouro foi repetido por várias vezes pelos parlamentares. Mas na sessão de 20/12/1965 os vereadores se pronunciaram pedindo que o prefeito não mais adiasse a execução dessa obra, pois já haviam discutido várias vezes e a aprovação foi feita por todos os vereadores na gestão do prefeito que antecedeu o atual.

Eu vereador fiz um apelo ao Sr. Prefeito sobre o matadouro de gado que foi passado nessa casa por todos os vereadores, nós esperamos que o Sr. Prefeito para ter força a essa casa e seu puder ao legislativo já tivesse executado este apêlo. Apatelhou o vereador José de Sousa disse o seguinte, que haveria dois espaços para o gado e que o marchante não poderia ter expediente. Em seguida falou o vereador Raimundo Cavaco Formiga que o apelo feito pelo vereador Álvaro Rocha não era sobre o preço do couro e sim sobre egiene da saúde humanitária do povo. (Ata da 8ª Sessão Ordinária 20/12/1965. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011).

Esse discurso aparece o apelo de toda a casa tratando o descaso do prefeito com a população e associando a construção do matadouro a saúde da população. Na sessão de 17/06/1966 o vereador Álvaro Rocha cobrou ao presidente a aprovação do balancete do ano anterior e a convocação do prefeito para explicar sobre a verba do material da construção do matadouro e também se o ex-prefeito havia repassado a ele a verba restante. Mas o vereador Raimundo Cavaco explicou que as contas do balancete requisitado pelo vereador já haviam sido aprovadas na câmara, no entanto o matadouro não foi aprovado, pois estava a parte do material.

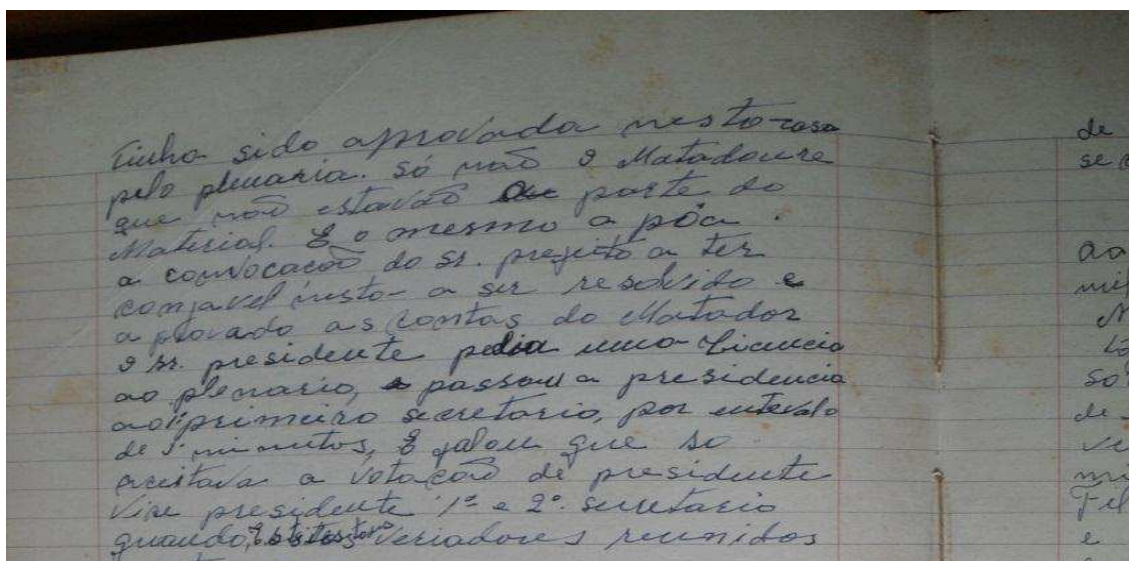


Imagem 21. Fotografia da Ata 5ª sessão ordinária 17/06/1965. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

O vereador Raimundo Cavaco afirmou apoio a Álvaro Rocha sobre convocação do prefeito para prestar esclarecimentos sobre os materiais para a construção do matadouro. Ou seja, um discurso unanime por parte do plenário requisitando a execução do projeto sobre o matadouro, pois desde gestão do ex-prefeito

Raimundo Rodrigues Coura havia sido aprovado por todos os vereadores. Esse projeto não foi executado até o ano de 1966 aqui analisados.

3.3 Saúde: Posto de higiene⁹ e telefone público

Na década de 1960 o Brasil teve avanços em termos de saúde pública, segundo sítio eletrônico do Ministério da Saúde¹⁰ houve o desmembramento do Ministério da Saúde e Educação em 1953, nos anos seguinte o Ministério passou a se responsável pela formulação da Política Nacional de Saúde.

Ainda segundo o sítio “No início dos anos 60, a desigualdade social, marcada pela baixa renda per capita e a alta concentração de riquezas, ganha dimensão no discurso dos sanitaristas em torno das relações entre saúde e desenvolvimento”, ou seja, o tema estava relacionado com o desenvolvimento do país tomando assim dimensões de interesse por parte do poder público.

Sendo assim o município de São Jose da lagoa Tapada, enfrentava as dificuldades existentes no país, o recém-emancipado município não deu suporte suficiente para a população em termos de saúde pública.

O poder legislativo do município apresentaram discussões mínimas sobre o tão importante tema “saúde pública” nos seis anos de registro de atas analisados neste trabalho. Na última sessão do primeiro período legislativo de 1961 foram apresentados e aprovados vários projetos, um deles foi elaborado pelo suplente de vereador Napoleão Lopes (substituindo o vereador Mariano Pinto) com o objetivo de comprar um telefone público para fins de necessidades de emergência da população, como em caso de doença. Houve um discurso sobre o projeto, mas acabou sendo aprovado.

O Sr.vereador Miguel Rodrigues Coura, fez ver o vereador Napoleão Lopes do Vale que seu projeto era de grande eficácia, mas o município não está em possibilidade para esse fim, adianta o Sr. Napoleão Lopes do vale que no caso de doença, temos que pagar transporte para ir buscar um médico, ou mesmo caso ir deixar, e com isso tornava a despesa dupla e a visita médica

⁹ Nome utilizado na época para tratar de posto de saúde.

¹⁰ Ver endereço eletrônico: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/historico>

mais demorada, o Sr. Presidente faz passar o referido projeto ao poder da comissão competente, e esta justificando ser de utilidade aprova-o e assinado pelo seu relator Miguel Rodrigues Coura, o Sr. Presidente submete aprovação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. (Ata 13ª sessão ordinária 30/06/1961). Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Em sessão extraordinária em 10/10/1961 o presidente da Câmara Municipal Álvaro Rocha de Lima apresentou o Projeto de Lei nº: 6 para a compra de um terreno de 100 metros quadrados para a construção de um posto de higiene. Como podemos ver na imagem abaixo.

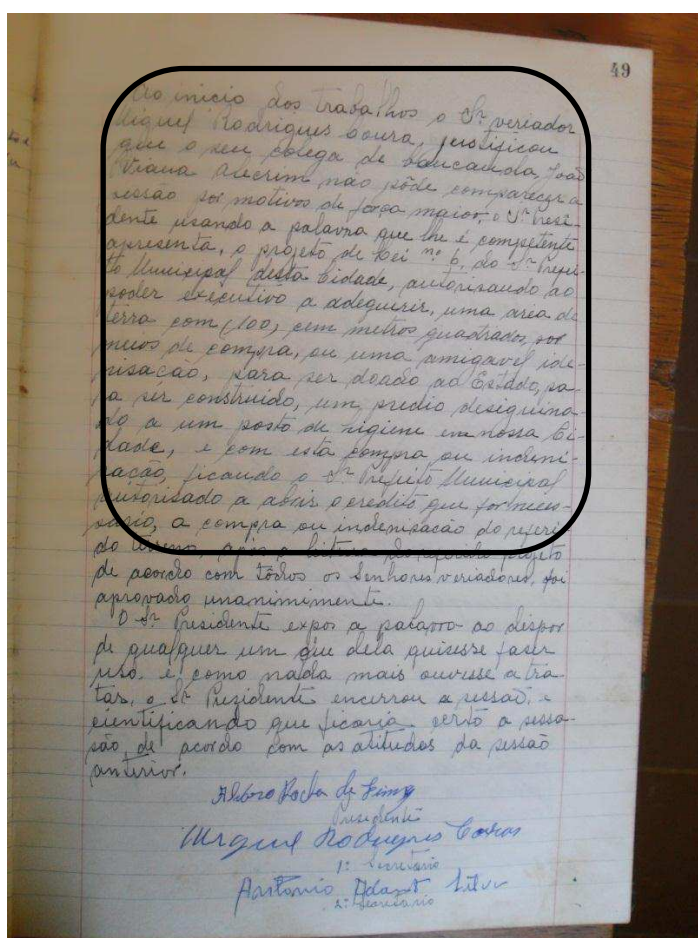


Imagem 22. Fotografia da Ata 1ª sessão extraordinária 10/10/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Segundo a fala do vereador essa ação aconteceria “por meio de compra, ou uma amigável indenização para ser doado ao Estado”, e concluir autorizando o Prefeito a abrir um crédito para a compra deste terreno, esse projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Nessa ata não apresenta o possível valor do terreno, muito menos a localidade e o nome do dono do terreno.

Na sessão de 20/12/1961 foi apresentado o orçamento do ano seguinte e definido o valor dos vencimentos dos funcionários públicos do município, neste orçamento aparece valores destinados à saúde pública como pessoal fixo, médico, medicamentos e aluguel do local de atendimento do médico. Como podemos ver na imagem abaixo.

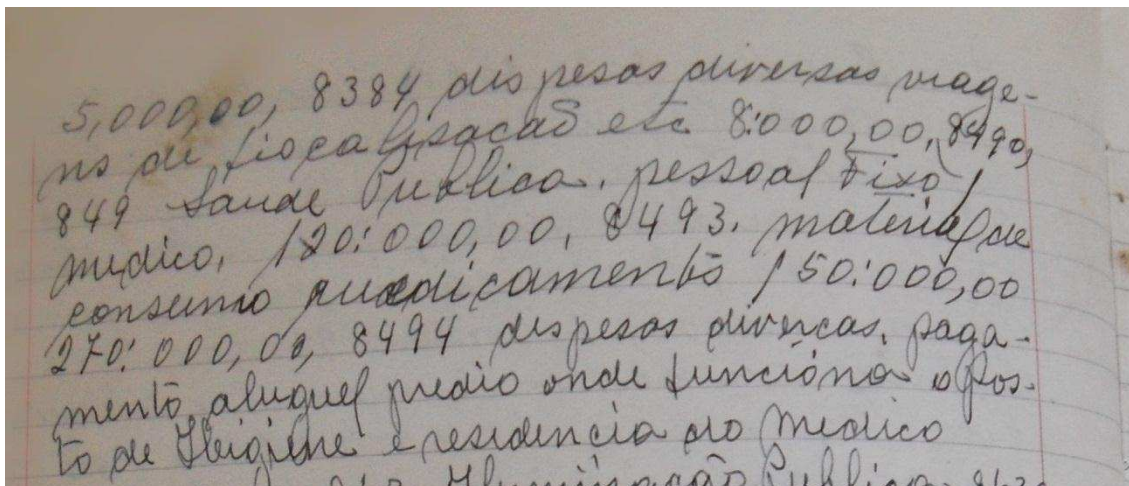


Imagem 23. Fotografia da Ata 9ª sessão ordinária 20/12/1961. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Segundo o relato do Senhor Joaquim Braga, nesta época existia um local específico destinado ao atendimento do médico que acontecia uma vez por semana, atualmente esse local atende o SAMU. Afirmando também que o médico não residia no município, a população na maioria das vezes procurava atendimento na única farmácia do município do Senhor Raimundo Braga, bem como a ajuda de remédios caseiros feitos de raízes e ervas benzedoras¹¹. E sobre o posto de higiene só foi construído em 1972 na gestão do Prefeito José Almir de Sousa.

Na Casa Miguel Rodrigues Coura foi palco de discurso de felicitação de fazer parte do legislativo, de cumprimento aos colegas partidário, bem como sobre o desenvolvimento da “Jovem Cidade” e nestas falas o Vereador João Bosco Cartaxo destaca o trabalho dos 7 vereadores para o engrandecimento do município, solicitando o prefeito “arrume com o Governador do Estado” recursos para o município.

¹¹ Nome dado a mulher que pretende curar doenças com benzeduras e rezas.

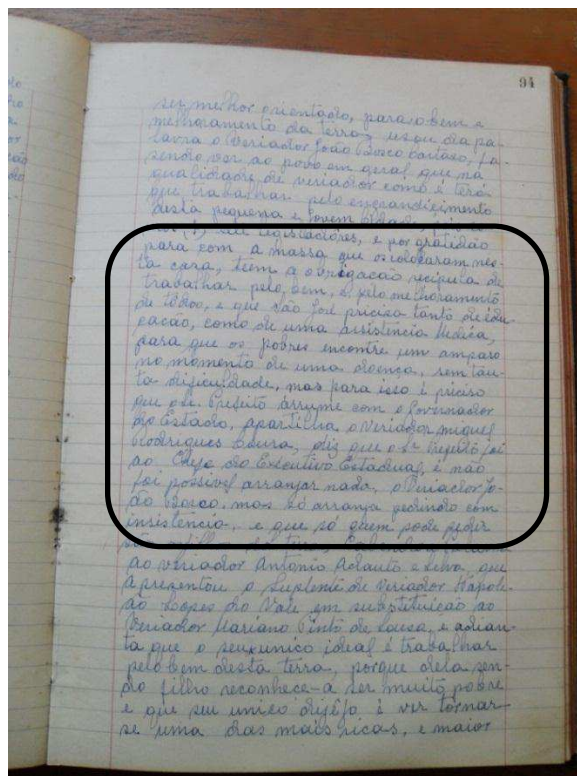


Imagem 24. Fotografia da Ata 4ª sessão ordinária 13/12/1962. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

Neste discurso o vereador destaca “que São José precisa tanto de educação, como assistência médica, para que os pobres encontrem um amparo num momento de uma doença, sem tanta dificuldade”. O udenista Antônio Adauto apoia a fala do colega vereador e concluir que o chefe executivo não se interessa em buscar melhorias. E ainda nessa ata o vereador Napoleão do Vale cobra a execução do projeto para a compra de um telefone público, destacando que já deveria ter sido executado.

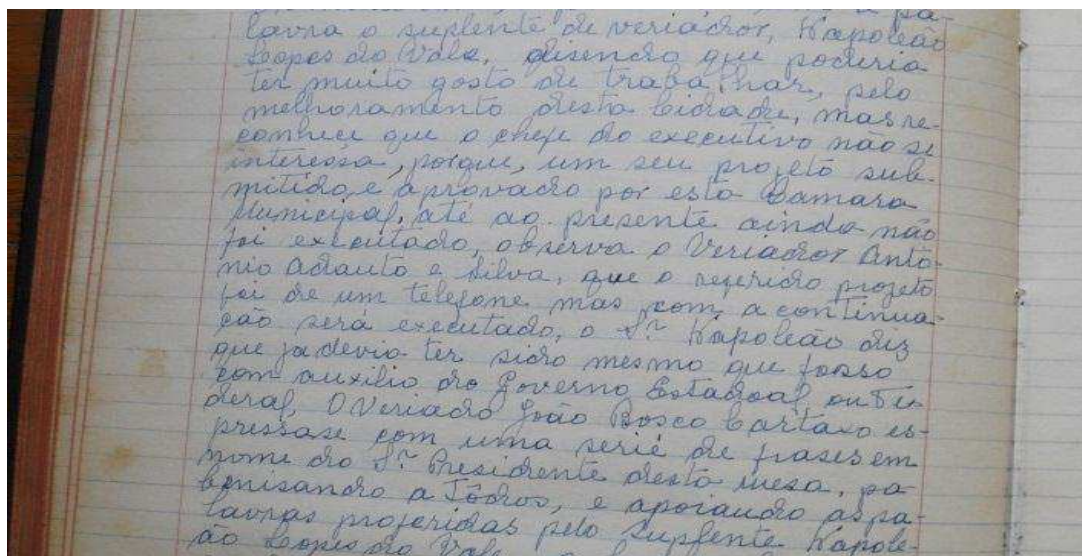


Imagem 25. Fotografia da Ata 4ª sessão ordinária 13/12/1962. Arquivo Pessoal. Data: 07/10/2011

De certa forma a fala dos vereadores era um dos recursos mais utilizados por eles na Câmara Municipal na busca de melhorias para o município. Mas de fato o cargo possibilita a oportunidade de serem mais atuantes, mas não apresentaram um número maior de projetos na área da saúde e educação, ora postos em destaque em seus discursos. Mesmo de partidos diferentes apresentaram um discurso coletivo de interesse de crescimento e desenvolvimento, contudo na oportunidade de defender seus interesses votam contra projetos dos colegas que iria beneficiar o município em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa iniciou em 2011, justificada pelo anseio de trazer uma nova história de São José da Lagoa Tapada colimada com a necessidade de entender as tramas políticas. Definido o objeto, adentramos os arquivos empoeirados com uma câmara na mão e muita disposição. Encontradas as fontes, tive que disputar uma quebra de braço com a secretaria da Câmara de Vereadores para poder fotografar as mais de 500 (quinhentas).

Vencida essa primeira barreira, me deparei com outras dificuldades como a quantidade de documentos, texto com letra de difícil compreensão e, para variar, problemas de ordem pessoal que dificultava o andamento do trabalho.

Dificuldades a parte, a pesquisa e o trabalho só se desenvolveram quando reapaixonada pelo tema consegui desenvolver as análises da documentação. O projeto teve que me reconquistar.

Esse estudo consegue trazer uma nova versão sobre a história da cidade, mas especificamente, um novo olhar sobre a origem do nome do município, um dos temas mais controversos para os são-joseenses. Graças ao livro de João de Lyra Tavares que traz transcrições de sesmarias doadas aos precursores entradistas.

Constatamos que as terras da cidade já recebiam o nome de Lagoa Tapada em 6 de fevereiro de 1788, data que o Coronel José Gomes de Sá recebeu de herança de seu pai as terras de Lagoa Tapada. Então, supomos assim que o nome foi dado pelo proprietário destas terras anterior aos Gomes de Sá a partir da ideia de “lugar cercado” um dos significados da palavra tapado o que representaria a geografia do município bem como aos cercados para criação de gado. Podemos confirmar que as terras doadas pelo Capitão-mor a seu filho José Gomes de Sá são as mesmas da cidade atualmente, através dos primeiros moradores que eram descendentes da família Gomes de Sá, fato comprovado com o livro de Deusdedit Leitão sobre essa mesma família.

O São José do nome do município pode se vincular tanto ao santo dos agricultores, padroeiro do município, como uma homenagem ao Capitão-mor José Gomes de Sá e seus descendentes.

Analisamos as várias formas de atuação dos políticos de São José da Lagoa Tapada a partir das Atas da Câmara de Vereadores Casa Miguel Rodrigues Coura para entender as tramas que perpassam pelo e no jogo político. Um dos primeiros aspectos destacados é a própria composição textual das Atas, marcada por incongruências, informalidades e formalidades.

Notamos que durante o ano civil Miguel Rodrigues Coura se resumia em dois períodos legislativos nos anos pesquisados. O primeiro centrado no mês de junho e o segundo no mês de dezembro. Mas em tempos aconteciam sessões aleatória para aprovar orçamentos e projetos, ou seja, por trás dessas sessões extraordinárias escondiam-se acordos entre o legislativo e executivo para que essas sessões alacassem os interesses de ambos? Questão complexa que não podemos responder efetivamente neste momento.

Percebemos que nos primeiros quatro anos analisados (1960-1964) o poder legislativo aprovava ou negava uma variedade maior de projetos colocados em pauta. Supomos que isso ocorria por causa das necessidades do recém-emancipado município, carente de uma nova estrutura por ser construída. Infelizmente não conseguimos mapear o total de projetos em decorrência das inconstâncias do debate parlamentar que ruminava o mesmo debate em várias sessões

Com discursões entre os parlamentares, principalmente entre o Presidente da Câmara Álvaro Rocha e José Gomes de Sá membro da oposição, os componentes da situação defendiam o executivo e a oposição reivindicava a aprovação de projetos elaborados por eles e melhoras para o município. Independente do jogo entre a oposição e a situação, verificamos que transcorridos quatro anos da primeira legislatura municipal, apenas um dos membros da situação foi reeleito, Álvaro Rocha, agora como membro da oposição. Talvez a população notasse neste vereador uma postura correta ou por ele ter se mantido como presidente da Câmara durante quase 4 anos seguidos tenha tido maior recursos para beneficiar seus eleitores conseguindo assim maiores vantagens em relação aos demais parlamentares.

Nos dois anos seguintes (1964-1966) encontramos fatos que nos causaram grande estranheza, começando pela própria eleição do Prefeito e Vereadores, pois segundo site oficial do TSE não houve eleições para esses cargos no ano de 1964 e sim em 1962 e 1965.

Verificamos algumas ações de abuso de poder político, pois a presidência da Câmara circulou entre quase todos os vereadores de oposição e um de situação entre 1964-1966. Houve sessão em que a Presidência da Câmara mudou sem nenhuma justificativa plausível, dando poderes a um vereador que já não era mais presidente na reunião seguinte. Os vereadores de situação que não participaram destas ilegalidades não reclamaram e nem denunciaram estes fatos nas sessões. Esta troca de poder dentro do legislativo significava o que? Seria uma vantagem para o vereador? Seria intervenção militar? Infelizmente não podemos responder estas questões aqui, falta-nos fonte.

As estranhezas encontradas como registro de sessões escritos com tinta de duas cores, bem como várias folhas em branco e registros riscados nos livros de Ata, nos leva a concluir que os possíveis erros escondem tramas que não podemos identificar com as análises, pois os vereadores poderiam deixar a folha em branco e depois registrar um projeto as escondidas e no caso da folha rabiscada poderiam aprovar um projeto, na qual todos assinaram e por mandado do prefeito ou outro líder político rabiscaram e registraram novamente.

Alguns dos registros indicam duas sessões no mesmo, mas comem apreciação. Curiosamente estas ocorrências se deram sempre no final do ano. Estes projetos estavam voltados para a população, mas era de interesse principalmente do poder legislativo e executivo e não podiam esperar para outro período e/ou outra gestão, para não correr o risco da não aprovação. E não apresentava hesitação por parte da oposição na aprovação dos mesmos.

Com base na documentação utilizada compreendemos que os políticos apresentam discursos voltados para o progresso e o bem estar social dos “pobres”, a prática, entretanto, demonstra que alguns projetos de beneficiamento da população eram meramente descartados no voto.

Mas na oportunidade da votação de projetos, os vereadores se mostram fortes em seus partidos votando contra os projetos uns dos outros, mesmo que sejam em benefício da cidade. Não conseguimos verificar nas fontes se a não aprovação por parte da situação ou oposição era motivado por entenderem que na verdade o projeto beneficiava o autor ou até mesmo o grupo partidário, mas é o que nos levar a crer.

A carência de projetos para áreas tão importantes como educação, infraestrutura e saúde para o crescimento social e cultural no município é nítido. O poder político não se mostrou atuante para a efetivação desses bens essenciais. Apesar dos vereadores em suas falas relacionarem essas áreas a desenvolvimento e progresso do município.

Na educação poucos projetos foram colocados em pauta, e os que foram tendiam a ser negados como o projeto de construção de três prédios para sediar uma escola. O mesmo ocorre quanto a saúde no município, muito discurso e poucos projetos que atendessem a população.

Outras áreas, entretanto ganha destaque na Casa Miguel Rodrigues Coura, como é o caso da infraestrutura, sobretudo quando se falava de iluminação pública ou estrutura sanitária. Os discursos dos legisladores são condizentes com a ação já que aprovaram projetos de iluminação pública e quando se tentou construir o matadouro público. Este último tema foi unificador das bancadas de situação e oposição. Resta-nos pergunta o porque, sem resposta satisfatória até o momento.

Esta pesquisa teve o difícil trabalho de apresentar um estudo sobre a história de São José da Lagoa Tapada, através de uma análise documental investigando as tramas políticas que cercam essas fontes. Vale salientar a que parte de nossas questões iniciais foram respondidas no decorrer a pesquisa, outras surgiram a partir da análise das fontes.

Resta-nos a certeza que as tramas políticas nesse contexto estão escondidas por trás da escrita e composição das atas, dos acordos entre os partidários, nas elaborações e aprovações dos projetos e principalmente no pertinente discurso da oposição reivindicando melhoras e da situação na incansável defesa do executivo. As dúvidas que ficam devem alimentar novas reflexões, assim esperamos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de, **História da Paraíba**, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1978.
- CARDOSO, VAINFAS,. Ciro Flamarion. Ronaldo.(orgs) **Domínios da história: teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (163-1730)**. Monografia (Bacharel em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 6.ed., reimpresso- São Paulo: contexto 2007.
- GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. União, 1986.
- GIRARDET, Raoul, **Mitos e Mitologia política**. Raoul Girardet- tradução de Maria Lúcia Machado, São Paulo. Companhia das letras, 1987.
- GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **A família Sá no município de Sousa: a descendência do Sargento-mor João Gualberto Gomes de Sá**. S/ed, 1955. 43p.
- SOUSA, Rosilene Lopes de. **“Que saudades da professorinha...” história e memória da educação de São José da Lagoa Tapada-PB (1968-1980)**. Rosilene Lopes de Sousa. João Pessoa. 2009.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba Lutas e Resistência**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1995.
- MOREIRA, Emilia Moreira; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1996.
- TAVARES, João de Lyra, **Apontamento para a História territorial da Parahyba**. Edição mossoroense, 1982.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. Editora Grafset, João Pessoa, 2004.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. A Educação como Política Pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008

Acesso em 15/01/2015 13h e 20 min: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes>>

ANEXOS

Imagem 1

religando que não tinha sido
consultado para exercer aquela
função pelo que foi eleito o Sr.
João Rocha de Aguiar para
exercer a dita função
em vez do Sr. Almeida.
Alvaro Rocha de Aguiar,
laureado que em 17 de
17 não está aprovado
e o presidente sub. meter
em votação e foi a favor de
de quatro votos sobre três
nada mais a tratar o presi-
dente encerrou a sessão e
convoque outro para o dia
25 no mesmas horas.

Presidente João Rocha de Aguiar
1º secretário Raimundo Cavaco Formiga
2º secretário Francisco Rocha de Aguiar

Ata da desima sessão ordinária
(do período) da 1ª do primeiro período
Legislativo da segunda legislatura
da Câmara municipal de São José
da Lagoa Tapada, realizada no
dia 4 de Novembro de 1964.
aos cinco e quatro dias do mês de No-
vembro do ano de mil novecentos e ses-
senta e quatro (1964), nesta cidade de

Imagem 2

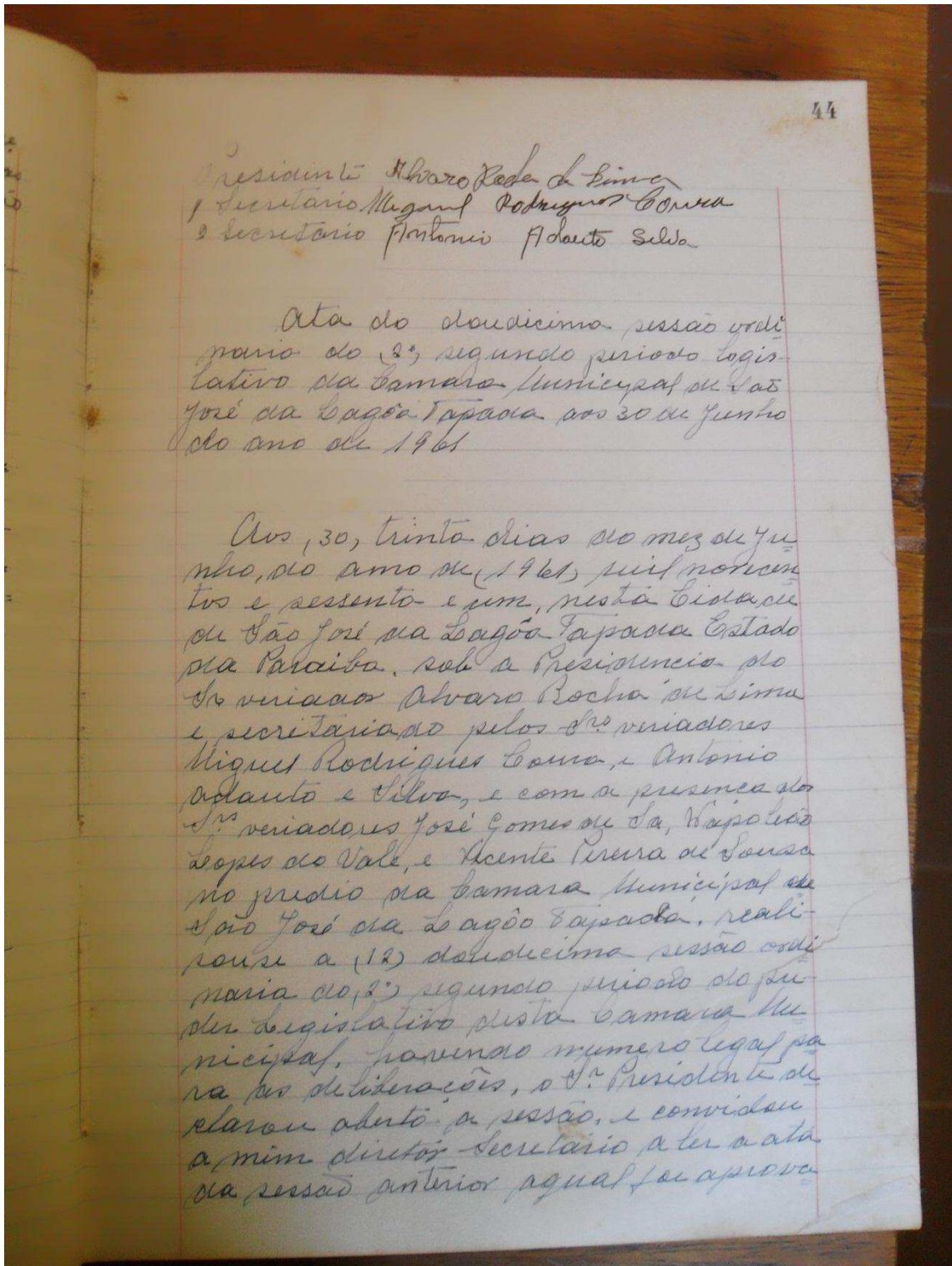


Imagem 3

73

primeira 1ª sessão, do primeiro (1º) período legislativo do ano de 1962, mil novecentos e sessenta e dois, tendo o número legal para que se procedesse a eleição, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, onde convidou aos Sr. Vereadores para que fosse presidida nova eleição, presidencial pela Câmara Municipal de São José da Lagoa Tapada, tendo convidado a mim Diretor Secretário a ler a ata da sessão anterior, a qual depois de lida foi aprovada sem restrições, procedendo-se a eleição foi obtido o seguinte resultado, eleito o Vereador Alvaro Rocha de Lima por 6 votos a presidente da Câmara, tendo lugar de uma votação unânime, eleito Vice-Presidente o Vereador João Bosco Barreto com 4 votos, eleito 1º secretário José Gomes de Sá com 4 votos e Miguel Rodrigues Coura 2º secretário com 4 votos; Usou a palavra o Vice-Presidente João Bosco Barreto, parabenizando ao Sr. Presidente, e agradecendo a nobreza de seus colegas de bancada, pela cordialidade de o terem eleito, e ao mesmo tempo saudando ao povo São-Joelense, e prestando suas felicitações para com todos, adiantando que o seu desejo é trabalhar pelo melhoramento desta pequena cidade para que a mesma chegue a ser uma das ma-

Imagem 5

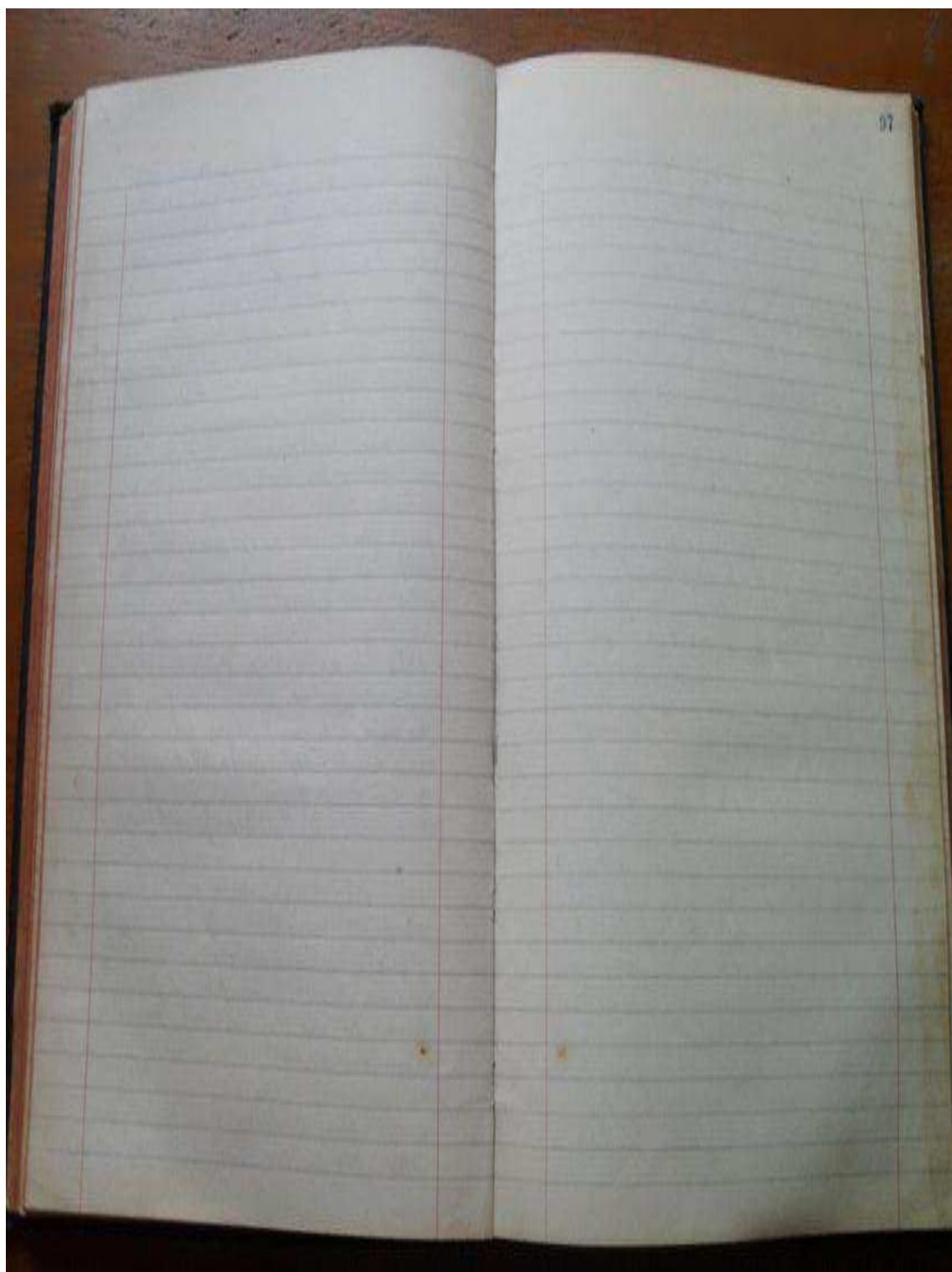


Imagem 6

166

povo, pronunciaram as seguintes palavras, inclusive o Sr. Presidente, nos discursos na Câmara Municipal desta Cidade, prometendo cumprir fielmente o nosso mandato, e o bocon as leis, e constituições Federal e Estadual, e promova todos bem estar do povo com dignidade e patriotismo, impondos, o vice presidente nomeado 1.º e segundo secretário nos respectivos cargos, após este ato foi consignada a convocação da Câmara Municipal do Distrito de Curitiba de 10 de maio de 1900, no pleito de 10 de maio de este ano em curso, Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que depois de lida e aprovada, subscrito pelo Presidente da Câmara, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretários, e de mais membros da referida Câmara, e por mim secretário, adoece-
Mancetorâncio de Oliveira.

João Rocha de Araújo

Raimundo Cavaco Formiga
Jasencio Rocha de Araújo
Manoel Martins de Souza
Alvaro Rocha de Lima
José A. Souza

Em tempo: Para Presidente (Alvaro Rocha de Lima) digo João Rocha Araújo - obteve 5 votos
Para Vice-Presidente: José de Souza Filho obteve uma votação unânime, para 1.º Secretário. Raimundo Cavaco Formiga, eleito

nar, comprando assim uma sua primeira de suspenso, mas que se realizou na próxima sessão, o 1.º vereador foi nomeado a solicitação de todos os seus colegas a não faltarem a última sessão deste período, havendo entre os 1.º membros das bancadas mais algumas palestras.

Havia mais havendo a falar o 1.º Presidente anunciou a sessão e convocou a casa para o dia 30 de junho do corrente ano às 11,30 horas

Presidente Nélso Lago de Lima
 1.º Secretário Miguel Rodrigues Lourenço
 2.º Secretário António Adauto Silva

Cota da 13.ª, décima terceira sessão ordinária (aos 30) trinta dias do mês de junho do ano de 1961, digão do 1.º segundo período, legislativo da Câmara Municipal de São João da Lagoa Tapada, ao 30 de junho de 1961

Aos trinta dias do mês de junho do ano de 1961, mil novecentos e sessenta e um, nesta Cidade de São João da Lagoa Tapada, Estado da Paraíba, sob a presidência do 1.º vereador Alvaro Nova de Lima, e secretariado pelos 1.ºs vereadores João Viana Alecrim e António Adauto e Silva, e com a presen-

Imagem 8

5

Ata da décima 2ª sessão ordinária
do primeiro período legislativo
do Conselho Municipal de São
José da Lagoa Tapada, Realizado
nos dias 26 de junho de junho
do ano de 1965.

Nos dias 26 de junho de ano de
mil novecentos e sessenta e cinco,
atendeu a cidade de São José da La-
goa Tapada, Estado do Maranhão,
sob a presidência do vereador
João Rocha de Araujo, Secretário
pelos vereadores Raimundo Mendes
Ferreira 1º secretário por Araujo
2º secretário com o cargo pelo presidente
a falta do 2º secretário eleito Gamaliel
Rocha de Araujo e pelos vereadores
José de Souza Filho e Manoel Martins
de Souza, o poder designando
da Câmara Municipal de São
José da Lagoa Tapada, Terceira sessão
da décima 2ª sessão ordinária do
primeiro período legislativo do
ano de 1965, havendo número
legai. O Sr. presidente declarou
aberta a sessão e mandou
que o diretor secretário a ler a ata
anterior, que foi a seguinte
aprovada, sem que houvesse
discussão.

João Rocha de Araujo

Imagem 9

o. iniciar. Justifico a falta
dos membros do Conselho de
Admin. e Juremundo Rocha de
abrange por parte mas nenhum
presente.
modo mais a nota.
o Sr. presidente iniciou a
sessão e marcou outro para
o dia 26 do corrente pelas
mesmas horas de costume.

Presidente Juremundo Rocha de Araujo
1º secretário Plimundo Cavaco Toranzo
2º secretário José Araújo.

Ata da décima 3ª sessão ordinária
da primeira período Legislativa da
Câmara Municipal de São João
do Tapada, realizada nos dias
vinte e seis de mês de julho do ano de
1964.

Os dias 26 de mês de Junho do
ano de mil novecentos e sessenta
e quatro, desta cidade de São João
do Tapada, Estado da Paraíba
sob a presidência do senhor Juremundo
Rocha de Araujo, secretariados pelos senhores
Plimundo Cavaco Toranzo e Plimundo Rocha de
Araujo, 1º secretário e Plimundo Rocha de
Araujo, 2º secretário e Plimundo Rocha de
Araujo, José Araújo José de Souza Silva

Levantado o numero legal em nome
de Deus o sr. presidente declarou
aberta a sessão e encaminhou
a ordem do dia anterior.

Presidente Manuel Martins de Souza
1º secretário Humberto Cavero Formiga
2º secretário José de Souza Filho
Espediente.

Após o iniciar os trabalhos o sr.
presidente determinou que fosse
efetuada a eleição de presidente
vice presidente, 1º secretário e 2º secretário
indicando o nome do vereador Manuel
Martins de Souza para presidente e
José Rocha de Araújo para vice presidente.
Terminada a votação da presidência
da mesa foi a vez da votação em
de o vereador Manuel Martins de Souza
eleito o presidente com 4 votos e José
Rocha de Araújo o vice presidente eleito
com 4 votos, onde houve uma votação
para presidente e vice presidente 3 votos
em branco. Em seguida foi procedido a
eleição de 1º secretário, 2º secretário de que
foi eleito o vereador Humberto Cavero
Formiga o 1º secretário com 6 votos
e José de Souza Filho o 2º secretário

Imagem 11

Ato da primeira (1ª) sessão ordinária
do 2º período legislativo da Câmara
Municipal de São José da Lagoa Tapada,
aos 11, onze dias do mês de Dezembro do ano de 1964,
mil novecentos e sessenta e um.

Aos 11, onze dias do mês de Dezembro do
ano de 1964, mil novecentos e sessenta e
um, nesta Cidade de São José da Lagoa
Tapada Estado da Paraíba, no edifi-
cício da Câmara Municipal, pelas
10, dez horas, sob presiden-
cia do Sr. Vereador Ivo Rocho de
Almeida, secretariado pelo Sr. Secretário
João Diana de Azevedo e Antonio Aden-
ão Silva e Secretário, com a presen-
ça do Sr. Vereadores, Teri lugar do 1º
período sessão ordinária do 2º segun-
do período legislativo da Câmara Mu-
nicipal de São José da Lagoa Tapada.

De acordo com o artigo 1º do
Decreto Municipal nº 10, de 1964,
foi declarado aberto a ses-
são de 11, onze dias do mês de Dezembro,
de 1964, sob a presidência do Sr. Vereador
Ivo Rocho de Almeida, Secretário, com a presen-
ça do Sr. Vereadores, Teri lugar do 1º
período sessão ordinária do 2º segun-
do período legislativo da Câmara Mu-
nicipal de São José da Lagoa Tapada.

Expediente

aos onze (11) dias do mez de Dezembro do ano de (1961) mil novecentos e cissentos e um, nesta cidade de São José da Lagoa, Tapada, Estado da Paraíba, no edificio da Camara Municipal, pelas 14, disno-
 ve horas, sob a presidencia do Sr. vereador Miguel Rodrigues Lima, secretariado pelos Srs. vereadores, 1º secretario João Viana Alencar, 2º secretario Antonio Adauto e servo, com a presenca dos Srs. vereadores, teve lugar a 1ª primeira sessão ordinaria, do 2º segundo periodo legislativo da Camara Municipal de São José da Lagoa, Tapada.

havendo numero legal, pelo Sr. presidente, foi declarado aberta a sessão. Lida as atas das sessões anteriores, de 30, trinta de Junho e da sessão Extraordinaria de 10, dez de Outubro, foram as mesmas aprovadas.

Expediente

Do inicio dos trabalhos, o Sr. vereador Alvaro Rocha de Lima, passou a presidencia para o Sr. vereador João Viana Alencar, Usando a palavra o Sr. vereador foi nomeado Sr. disse que queria uma edição a presidente da Camara, sendo dito

Imagem 12

Ata da Vigintiana 2ª sessão ordinária
do primeiro período Legislativo da Ba-
rreira Municipal de São José da Lagoa
Tapada, Realizada aos dias sete do
mês de julho de ano de 1968.

Aos dias sete do mês de julho do
ano de mil novecentos e sessenta e
oito, nesta cidade de São José da
Lagoa Tapada, Estado da Paraíba,
sob a presidência do Vereador João
Rocha de Araújo, secretariado pelos
srs. Vereadores Raimundo Cabano
Ferreira, 1º secretário Alvaro Rocha
de Sousa 2º secretário, nomeado pelo
sr. presidente, em julho, do 2º secretário
Alto José de Souza Filho, e pelos srs.
vereadores José Araújo e Jamurcio
Rocha de Araújo. No meio designado
da Câmara Municipal de São José da La-
goa Tapada. Teve direito a Vigintiana
do segundo ordinária de primeiro período
Legislativa desta casa Legislativa.
Foi lido o número legal o sr. presidente
declarou aberto ao srs. e mandou
que o sr. director secretário lês a
Ata anterior que foi a mesma
aprovada sem discussões

Expediente

ao iniciar os trabalhos o sr.

presidente facultou e permitiu a quem de quizerse fazer uso.
 uso um que todos os legisladores me-
 sulta desta casa Legislativa, Comcederam
 a encaminha um oficio ao sr. prefeito e
 ao ex. prefeito para prestar declarações
 positivas e explicitas, e esta laudica
 Municipal. Relacionado a uma Commissão
 sobre o caracter de empréstimo do praquim,
 para edificação de um matadouro.

Dado mais a trata o sr. presidente
 em pessoa a sessões e marcou
 ortia para o dia oito do corrente
 mês, pelas mesmas horas de costume
 a respeito a falta do vereador
 de Souza Filho por motivo justo

Presidente Manuel Martins e Payer
 1º secretario Armando Cavacioranize
 2º secretario Elvino Braga de Lima

Ata da Vigésima 2ª sessão ordinaria
 do primeiro periodo, Legislativo da Comu-
 na Municipal de São José da Lagoa
 Tapada. Realizada, nos dias oito
 e nove de julho do anno de mil novecentos
 e cinco.

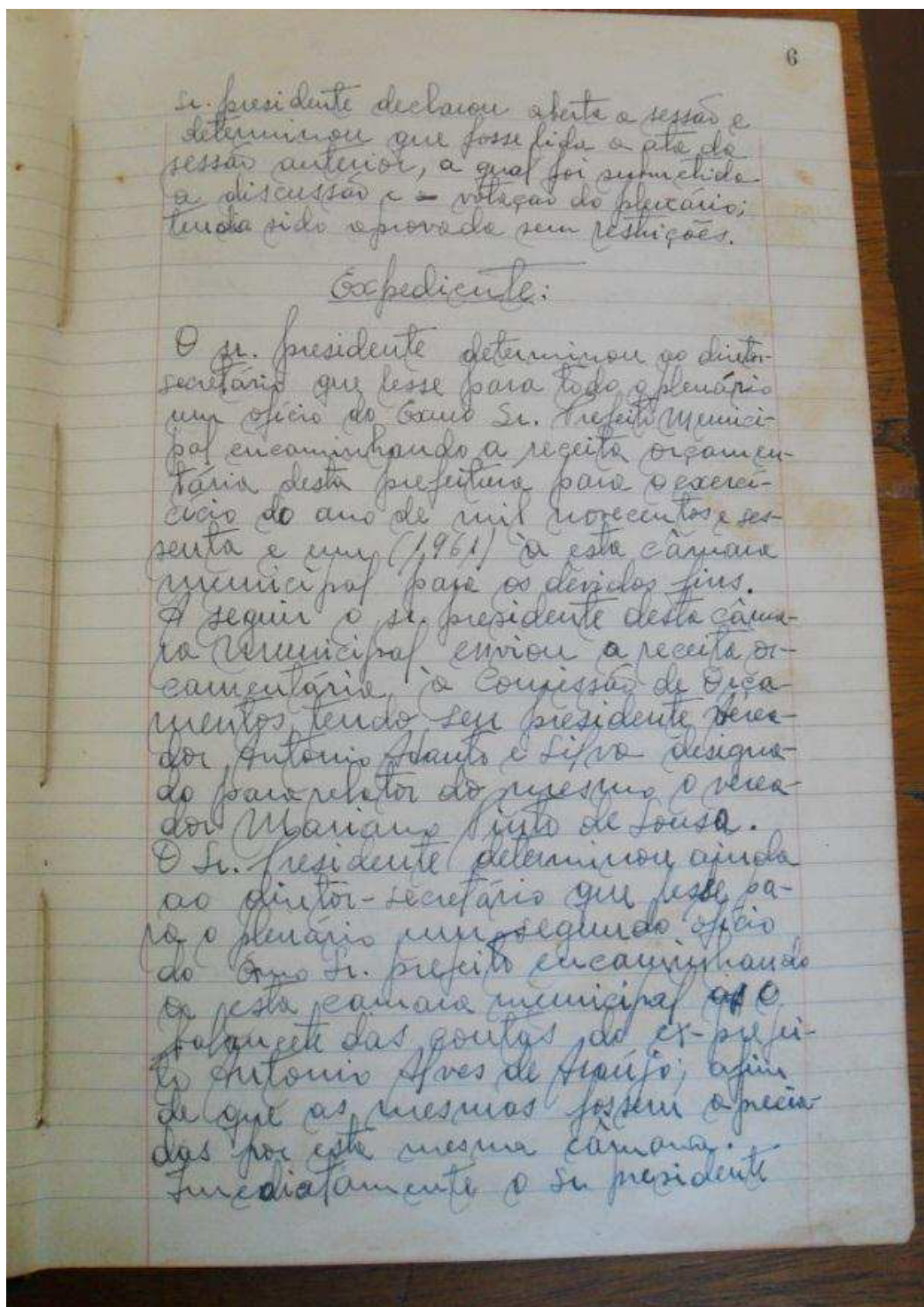
Aos dias oito do mês de julho do anno
 de mil novecentos e cinco, na
 Cidada de São José da Lagoa
 Tapada, Estado da Paraíba sob

Imagem 13

3

Todo o seu mandato." Prestado o compromisso
o Sr. presidente declarou em possado
os credores e facultou a palavra a
quem dela quizesse fazer uso. Foi a primeira
vez que se falou a palavra o deputado
estadual Francisco dos Reis Ferraz
que, em virtude imprevisto, enalteceu
as qualidades do prefeito e vice-prefeito.
A seguir falou o vice-prefeito em exercício
da cidade de Louisa congratulando-se
com os candidatos em possado e com o po-
vo de São José. Continuando falou Jaci-
no Cartão, em nome dos candidatos em
possado, a quem decimou a presença dos
luzes pessoais que compareceram
a este importante ato de nossa vida política
administrativa e fez, ainda, algumas
considerações a cerca dos pleitos estadual
e municipal. Usando de palavra
o Sr. José da Silva exaltou a personali-
dade dos candidatos em possado e fez
pelas sinceras de progresso para São José
fez ainda um apelo aos vereadores
para que deixassem de lado os pessey-
mentos partidários e as paixões pessoais
e visassem apenas os interesses condu-
zentes ao progresso e ao desenvolvimento
de São José e ao bem estar de seu
povo. A seguir usou da palavra
o estudante Francisco dos Chagas Po-
líbio Cartão enaltecendo a impor-
tância do ato e salientando as
suas consequências sobre a nos-

Imagem 14



submeter as citadas contas a discussão e votação dos senhores vereadores; tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, numedemonstração patente de que os senhores vereadores em contemplação à regularidade do balancete das supra-citadas contas.

A seguir o sr. presidente encaminhou estas mesmas contas à comissão de tomada de contas; tendo seu presidente, vereador João Viana Fleckner, designado para relator das mesmas o vereador João Bosco Caputo.

O vereador Antonio Adauto e filho encaminhou a mesa o projeto de resolução n.º 2, que trata dos vencimentos do prefeito municipal, as representações do prefeito para o prefeito e da ajuda de custas por sessão, aos vereadores; submetido a discussão pronunciou-se contra tal projeto o líder do bancado, possedista vereador José Gomes de Sá, o qual argumentou que o Sr. João L. prefeito municipal poderia concordar com a mensalidade de um mil cruzeiros (R\$ 1.000,00) a cada vereador, além da ajuda de custas por sessão que comparecer, na base de cem cruzeiros por cada sessão; alegou

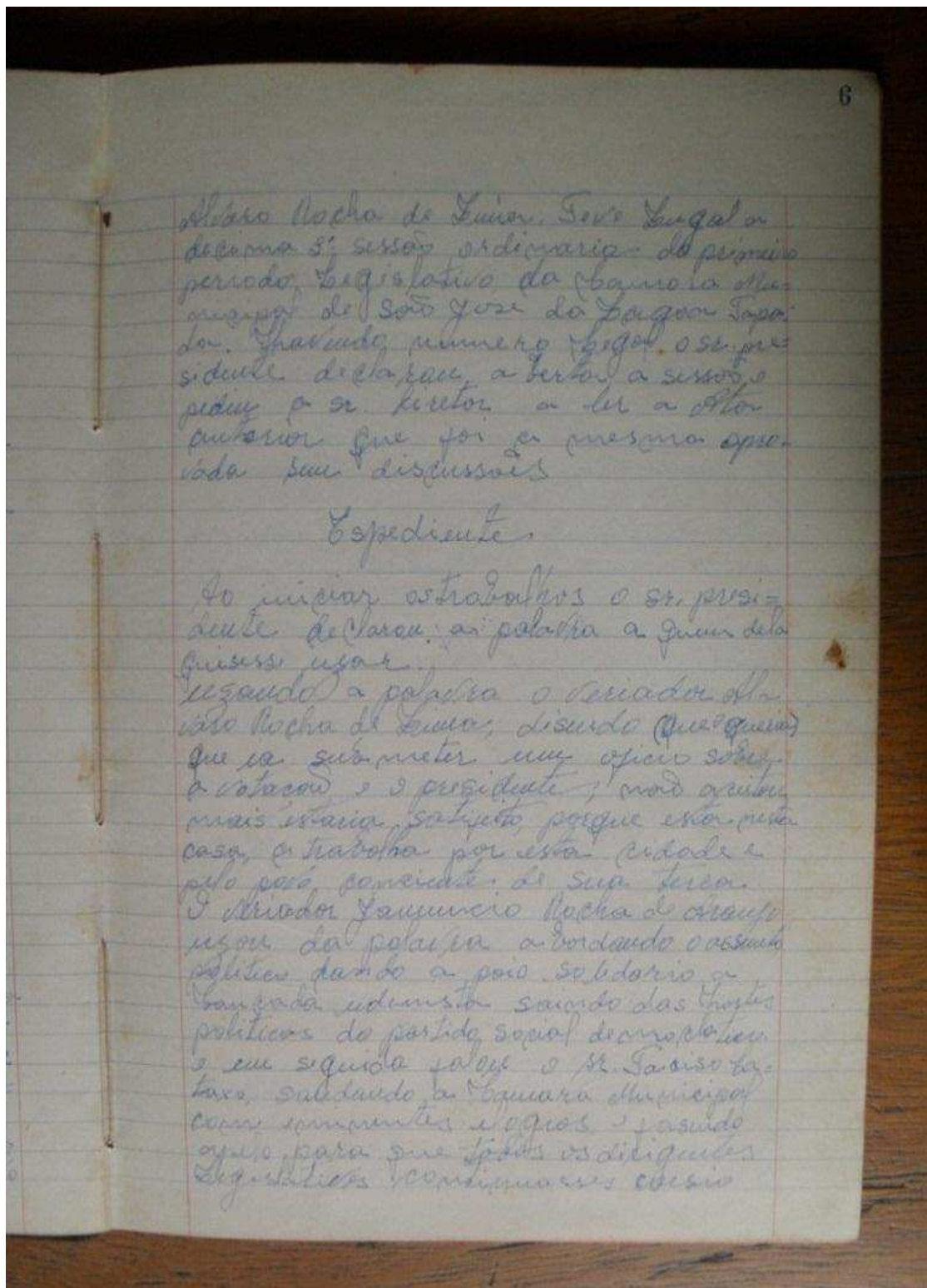
Imagem 15

7

ainda o fidei-jussorista que os vereadores
deviam receber quaesquer importâncias,
como o come, em todos os municípios
paraitanos; finalmente apelou ele
ainda para os colegas de câmara, con-
clayando-os a agatarem a sua su-
gestão e o seu protesto; após haver do mais
discussão sobre o projeto o sr. presidente
submeteu-o à votação, sendo o mes-
mo aprovado por quinze votos con-
tra três; tendo a bancada udenista
integralmente votado a favor da apro-
vação do projeto e a bancada de pessi-
dista completa votou contra a apro-
vação deste citado projeto. O vereador
José Puyes de Sá, solicitou que o tesou-
reiro da prefeitura lhe apresentasse
o balancete mensal de propensas,
no que foi prontamente atendido;
porém não encontrando nada de
de irregular no citado balancete
deveres do tesoureiro com
as desculpas e agradecimentos de
praxe. Não havendo mais que
de se tratar o sr. presidente
encerrou a sessão e convocou
outro para o dia treze (13) do
corrente mês, as 19 do horas.

Presidente: Estelero Rocha de Lima
1.º Secretário: João Viana Ribeiro
2.º Secretário: Antônio Abreu e Silva

Imagem 16



do Sr. João Bosco Cantare

Doi surgir entao acalorado debate entre as duas bancadas, tendo o vereador-presidente Ayras Rocha de Lima, acompanhado o vereador Sr. João Bosco Cantare a substitui-lo na presidencia, uma vez que o convidado e o vice-presidente do nosso comare, enquanto ele, vereador-presidente, occupava o tribuna, para se defender das accusacoes que lhe eram assignadas pelo lider pebedista, vereador Sr. Jureo de Lira e que gerou demorado e acalorado debate entre os dois; porem, finalmente a este foi acataram a suggestao de vereador Sr. João Bosco Cantare, na presidencia, para que encerrassem aquella discussao de modo pacifica, tendo entao o vereador Ayras Rocha de Lima, restado a presidencia, do qual e titular.

A seguir o sr. presidente convidou o director secretario a ler o officio do prefeito emviado a esta camara municipal, no qual descreve o projecto de lei n.º 1, do vereador Sr. João Bosco Cantare, que autoriza a execucao municipal a contrahir annuamente tres meios escopagos, apelando ainda para que este veredado emendasse seu projecto para que fosse um meio escopago por ano, tendo o vereador Sr. João Bosco Cantare acatado a ponderacao do prefeito e emendado seu projecto, tal emenda depois de discutida foi aprovada por unanimidade.

Imagem 18

o ordenado do detricista, e aver au-
mento dos outros do zelador do
mercado publico, em lance o Sr. presidente
nãõ que nãõ e justo a discussão dos
ordenados do eliteista por ser o serviço
a noite, e que todos procurem o seu
repouso e sãõ a quiles homens vllam
atãõ alto noite, e o vereador Rui Gomes
peõ da spina contra a suggestão do Sr.
Vespito Municipal deste, a respeito a sub-
vencão de \$20,00, quientos emuiros, mensa-
re pelo decorrer deste anno, e que o rep-
tado orçamento e sufficiente para man-
ter uma municipalidade de 1000,00 mil
emuiros, e o Sr. presidente diz o Sr. con-
sultor Rui Gomes de sãõ, queique a causa
do projeto a esse respeito e diga algu-
ma coisa, spina o mesmo vereador
que por consideracão alguma, que
pide a suggestão do Sr. Vespito, desde
quando haõ funcionarios com mais do
ordenado orçamentario, sendo cabenf
esta accusacão a Direcãõ nos estabe-
lecimentos primarios Municipais, e o
vereador Manuel Rodrigues Cauro, pe-
licitãõ do Sr. vereador Rui Gomes
de sãõ, que accusada a municipal
do Sr. Vespito porimio de hum. a
ordãõ. Sr. vereador Rui Gomes de
diz que nãõ a cãõõ acõõõ, e re-
licitãõ do Sr. presidente a encami-
nãõ do projeto, usando a pala-
vra o Sr. Antonio de sãõ e sãõ

dele
de p
milit
o m
por
hy
no
jus
p
de
ch
ep
qu
pa
e
m
e
pa
re
o
m
a
e
m
h
e
h
/

Imagem 19

de barro para as construções existentes da cidade, sendo esta proibição porque os transportadores do referido material estavam pedindo de terreno de particulares e fendo as cercas dos rodados abaixo, e que a população deve por esta culpa no poder executivo, e não do legislativo, usando a palavra do Sr. vereador Antonio Adauto e Silva protesta a criação do Sr. Seider presidente, esclarecendo que tudo isto se faz com dinheiro, e que o Sr. Prefeito municipal vem mantendo todas as custas de reparo das estradas como ao mais barato empregado existente nos trabalhos da Prefeitura Municipal, o Sr. vereador Jose Gomes de Sá pergunta para quem foi empregado na obra desta Prefeitura, a seguir surge calorosa discussão entre ambos os pleis sendo preciso uma substituição do Sr. vereador Jose Gomes de Sá Cartaxo, chegando ao ponto de ser o recinto parlamentar evadido por pessoas particulares, e suspensão as trabalhos legislativo por alguns instantes, ao normalizar-se teve alguns minutos, o Sr. vereador Jose Gomes de Sá solicitou do Sr. Presi-

Expressou pelo seguinte, Sr. Presidente Sr. Vere-
 adores, e caríssimos jurantes, eu na qua-
 lidade de um dos membros desta ca-
 ra. livo ao conhecimento do plena-
 rio em geral, que o projeto do Sr.
 prefeito Municipal, respectivamente a luz
 desta cidade e uma das cau-
 sas que mais nos interessa, porque
 com a fraca energia que aqui
 temos temos observado falta
 de lampada em diversos pontos
 e com esta falta temos muitos
 trechos não iluminados, e
 com isto meus caríssimos ju-
 rantes, estou confiante de que
 o Sr. prefeito Municipal, tomara
 as devidas providencias, e que
 a nossa cidade assim passara a ter
 uma das mais belas e lida-
 des da época atual, encerrou
 a sua oração respondendo ao Sr.
 chefe do executivo, e ao publico
 em geral, confiante que que to-
 dos a um só tempo, teremos uma
 jovem e bela cidade.

Nada mais havendo a notar
 o Sr. presidente encerrou a sessão
 e convocou a tribuna para o
 dia 13, ante e três horas do lustre
 presidente Miguel Rodriguez Gouvea
 1.º Secretário João Bosco Bertoso
 2.º Secretário Antonio Adson e Silva

Imagem 21

Tinha sido aprovada neste caso pelo plenário. só não o Matadouro que não estava da parte do material. E o mesmo a pé. a convocação do sr. prefeito a ter comparecer junto a ser resolvido e a aprovar as contas do Matadouro e sr. presidente pediu uma licença ao plenário, e passou a presidência ao primeiro secretario, por interalo de 5 minutos, e sabeu que se assistia a votação de presidente vice presidente 1º e 2º secretario quando os ^{seriadores} seriadores reunidos nesta casa.

Estado mais atrato o sr. presidente encerram a sessão e marcou outra para o dia 18 do corrente pelo seu turno.

Justifico a falta dos seriadores
Jose de Sousa Filho e Manoel
Mathias de Sousa
presidente José Octávio Araújo
1º secretario Humberto Augusto Formiga
2º 11/14 João de Souza Filho.

Ato da sexta sessão ordinária do 1º legislativo da Câmara Municipal de São José do Lagoa Tapada realizado no dia 18 do mez

Ao inicio dos trabalhos o Sr. vereador
 Miguel Rodrigues Sousa, justificou
 que o seu colega de bancada da foz
 Mariana Alarim, não pôde comparecer a
 sessão por motivo de força maior, e Sr. presi-
 dente usando a palavra que lhe é competente
 apresenta, o projeto de lei n.º 6, do Sr. Muni-
 cipal desta cidade, autorizando ao
 poder executivo a adquirir, uma area de
 terra com 100, cem metros quadrados, por
 meio de compra, ou uma amigavel ide-
 nificação, para ser doado ao Estado, pa-
 ra ser construido, um prédio designa-
 do a um posto de higiene em nossa ci-
 dade, e com esta compra ou indenifi-
 cação, ficando o Sr. Município Municipal
 autorizado a abrir o credito que for neces-
 sario, a compra ou indenificação do referi-
 do terreno, após a leitura do referido projeto
 de lei com todos os senhores vereadores, foi
 aprovado unanimemente.

O Sr. Presidente expoz a palavra ao dispor
 de qualquer um d'elle quizesse fazer
 uso, e como nada mais ouvisse a tra-
 tar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, e
 cientificando que ficaria certo a sessã-
 o de periodo com as attitudes da sessão
 anterior.

Albino Rocha de Lima

Presidente

Miguel Rodrigues Sousa

1.º Secretário

Antonio Adalberto Silva

2.º Secretário

Imagem 23

5.000,00, 8384, despesas diversas, mag-
ens de fiscalização etc. 8.000,00, 8490,
849 Saude Publica, pessoal fixo
medico, 120.000,00, 8493, material de
consumo quimicos, 150.000,00
270.000,00, 8494, despesas diversas, paga-
mento, aluguel medico onde funciona o pos-
to de Urologia e residencia do medico
50.000,00, 863, Iluminacao Publica, 8630,
pessoal fixo, 1, mecanico e electricista 60.000,00
8632 material para motor, partes etc.
50.000,00, 8633 material de consumo
olio e buchas etc. 200.000,00 (8634), dis-
pesas diversas diversas, frete de olio
etc. 20.000,00 (8630), agua e es-
goto, pessoal fixo, 1 Fiscal Jacimã
16.000,00 (8631), pessoal variavel di-
aristas e jornalistas 4.000,00 (8632)
material permanente, partes etc. 10.000,00
889, açougue Publico e Matadouro
8690, pessoal fixo, 1 Gelador merca-
do 6.000,00, 8691, pessoal variavel, dia-
ristas e jornalistas 20.000,00, 8693
material de consumo, agua, vos-
pura etc. 4.000,00, 876 divida pu-
blica, 8764 Despesas diversas diver-
sas, pagamento e divida contra-
ido ao estado, pela adminis-
tracao anterior 500.000,00 8811
material permanente pedra cimento
etc. 500.000,00, material de con-
sumo cal, areia etc. 500.000,00
8899 Transporte de material 50.000,00

Imagem 24

94

um melhor orientado, para o bem e
 melhoramento da terra, usgu dia pa-
 larra o Vereador João Bosco Bastoso, fa-
 sendo ver ao povo em geral que na
 qualidade de Vereador como é terço
 que trabalhar pelo engrandecimento
 desta pequena e jovem cidade, pois co-
 mor, e, em legislações, e por gratidão
 para com a massa que os colocaram nes-
 ta cara, tem a obrigação recíproca de
 trabalhar pelo bem, e pelo melhoramento
 de todos, e que são forçados tanto de edu-
 cação, como de uma assistência Médica,
 para que os pobres encontrem um amparo
 no momento de uma doença, sem tan-
 ta dificuldade, mas para isto é preciso
 que o Sr. Prefeito arrume com o Governador
 do Estado, para Silveira o Vereador Miguel
 Rodrigues Sousa, diz que o Sr. Prefeito foi
 ao Chefe do Executivo Estadual, e não
 foi possível arranjar nada, o Vereador Jo-
 ão Bosco, mas só arranja pedindo com
 insistência, e que só quem pode proferir
 são os filhos da terra, Cabendo a palavra
 ao Vereador Antonio Aclauto e Silva, que
 apresentou o Suplente de Vereador Napole-
 ão Lopes do Vale em substituição ao
 Vereador Mariano Pinto de Sousa, e adian-
 ta que o seu unico ideal é trabalhar
 pelo bem desta terra, porque dela sen-
 do filho reconhece-a ser muito pobre
 e que seu unico desejo é ver tornar-
 se uma das mais ricas, e maior

Imagem 25

Perichaulismo, expressa-se com a pa-
lavra o suplente de vereador, Napoleão
Lopes do Vale, dizendo que poderia
ter muito gosto de trabalhar, pelo
melhoramento desta cidade, mas re-
comendei que o chefe do executivo não se
interessa, porque, um seu projeto sub-
mitido, e aprovado por esta Câmara
Municipal, até ao presente ainda não
foi executado, observa o Vereador Anto-
nio Adauto e Silva, que o referido projeto
foi de um teleferico, mas com a continua-
ção será executado, o Sr. Napoleão diz
que ja devia ter sido mesmo que fosse
com auxilio do Governo Estadual ou Fi-
deral, O Vereador João Bosco Cartano es-
pressou-se com uma serie de frases em
nome do Sr. Presidente desta mesa, pa-
pensando a todos, e apoiando as pa-
lavras proferidas pelo Suplente Napole-
ão Lopes do Vale, o Sr. Suplente, a-
gradeci ao Vereador João Bosco, dizendo
que está ao seu lado, para trabalhar
pelo bem comum, e ao povo lajosim-
pe, para que o povo os ajude, porque
o legislativo se compoe de 7 setes mun-
cipaes e massa popular é muito, e repe-
ti que não tem gosto de trabalhar com
quem não tem gosto, protestou o Vereador
Joaquim Rodrigues Bueho, afirmando
que o Sr. Presidente, o seu tema é orga-
nizar para que chegue ao delcauce a
satisfação de todos mas não ha.

Políticos em frente ao Sobrado na década de 1970 (arquivo pessoal)



Alunos em frente ao Sobrado na década de 1970 (imagem de arquivo pessoal)



Professoras em frente ao Sobrado na década de 1970 (imagem de arquivo pessoal)



Imagem do sobrado atualmente (Arquivo pessoal)

